

Juiz Sérgio Moro afirma em Fórum: 'Prisão não basta para deter corrupção, mas chega de impunidade'

Fabio Ricardo Pozzebom - ABR



"Criticism as férias dos juizes e o juiz quando trabalha nas férias"

Em debate, na quarta-feira, em São Paulo, o juiz Sérgio Moro declarou que "a prisão não é condição suficiente para a superação da corrupção sistêmica. Evidente que só punição não resolve o problema. São necessárias políticas públicas mais gerais, exemplos de lideranças com atuação íntegra. O que ocorre é que foi constatada no Brasil uma tradição de impunidade em relação a determinado tipo de criminalidade, o da grande corrupção. O que se verificava não era excesso de punição, era impunidade". É preciso, disse Moro, que "não haja impunidade". **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Arquivo



Marina enxerga em Alckmin uma 'Dilma de calças'

A pré-candidata da Rede à presidência, Marina Silva, criticou o acordo do Centrão para apoiar Alckmin. "Pode ter certeza de que só mudou o condomínio: o Alckmin já é uma espécie de Dilma de calças", afirmou. "A Dilma se juntou praticamente com os mesmos do Centrão, na época estava até com o Cunha", disse. **Página 3**

Indústria de transformação cai em maio 9,1% e monitor do PIB -1,8%

Antonio Cruz - ABR



A economia brasileira recuou 1,8% em maio, na comparação com maio do ano passado, segundo dados do Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgados nesta terça-feira, 24. A queda da indústria de transformação foi ainda mais grave, registrando -9,1% no mesmo período. No trimestre encerrado em maio, a redução foi de 1%, e maio em relação a abril, foi registrada retração de 1,5%. **Página 2**

PF indicia 12 por desvio tucano de 600 milhões em rodoanel paulista

Dentre os indiciados pela PF a partir da 'Operação Pedra no Caminho' está Laurence Casagrande Lourenço, ex-secretário do governo Alckmin e ex-presidente da Dersa e Cesp na gestão tucana. Ele se defendeu dizendo que "nunca praticou nenhum ato sozinho". A Polícia Federal indiciou 12. **Página 4**

Lulistas agridem STF com derrame de tinta vermelha

Aos gritos de "Lula livre", um grupo de 20 pessoas trazido por duas vans atirou bexigas cheias de tinta na entrada do STF, nesta terça-feira. **P. 3**

Procuradoria pede prisão de operador de Cunha que se esconde da justiça

A Procuradoria Geral da República no DF lançou o alerta contra Sidney Noberto Szabo, apontado como operador do Quadrilhão do PMDB. **P. 3**

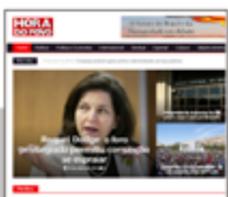
Inferno em Atenas

O corte de verba para os bombeiros está transformando os acidentes em tragédia na Grécia. Mais de 80 pessoas morreram nos incêndios, que já atingiram a capital, Atenas, e estão descontrolados. **P. 7**

HP NA INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br



Clientes pagaram a bancos R\$ 475 bilhões de juros

Em 2017. Pág. 2

Gasolina sobe 0,39% na refinaria, quarto aumento em um mês

A Petrobrás anunciou um aumento de 0,39% no preço da gasolina nas refinarias, passando para R\$ 1,9502 o litro. Trata-se do quarto reajuste apenas no mês de julho. O novo preço passa a ser praticado nesta quinta-feira, dia 26, e com certeza será sentido nos postos - já que os distribuidores são livres para aplicar o reajuste na porcentagem que desejarem.

No ano, o preço médio da gasolina calculado pela ANP já acumula alta de 9,7% - uma variação bem acima da inflação esperada para o ano, de 4,15%. Nas bombas, o valor médio da gasolina ronda absurdos R\$ 4,50 o litro.

Já com relação ao diesel, a cotação segue em R\$ 2,0316 o litro. Não houve reajuste por conta da subvenção econômica ao valor do combustível arrancada pelo movimento dos caminhoneiros. Nos postos, o litro está saindo a R\$ 3,38, mas ainda não alcançou a redução de R\$ 0,46, prometida em acordo pelo fim da greve da categoria.

A política de preços de combustíveis desenhada por Pedro Parente - levada a cabo pelo atual presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro - para beneficiar as petroleiras estrangeiras deixou o país em chamas quando a paralisação dos caminhoneiros foi deflagrada contra o preço abusivo dos combustíveis.

Adotada desde julho do ano passado, a política prevê ajustes diários consonantes com as variações do petróleo e derivados no mercado internacional, assim como as variações do dólar. Desde o início dessa política, o preço da gasolina comercializada nas refinarias acumula alta de mais de 50%.

Apenas em maio, mês da eclosão da paralisação, foram realizadas 14 altas no preço da gasolina nas refinarias, o que em um mês representou uma alta de 11,64%. Nas bombas, a variação de preços chegou a 47% segundo dados do Dieese - sem considerar as variações devido à escassez de abastecimento durante a paralisação.

Contudo, os preços praticados aqui não se equiparam ao do mercado internacional. Eles são maiores, em média, 22,1% - o que deixa mais do que claro que, ao invés de uma política de boa concorrência, o governo está interessado é em beneficiar as empresas estrangeiras, viabilizar a importação de combustíveis e agradar os acionistas estrangeiros da companhia.

Famílias e empresas gastaram 475 bilhões de reais com juros



Somente as famílias gastaram um montante de R\$ 372 bilhões Banco Santander tem lucro de R\$ 5,8 bi, 27,5% maior em relação ao ano passado

O Santander registrou um lucro líquido de R\$ 5,884 bilhões no Brasil no primeiro semestre, o que representa uma alta de 27,5% em relação ao mesmo período do ano passado, quando obteve um lucro líquido de R\$ 3,704 bilhões, segundo balanço divulgado na quarta-feira (25).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (Dieese), o lucro obtido nos seis primeiros meses do ano no Brasil é equivalente a 26% do lucro global do banco, de 3,752 bilhões de euros.

Esse crescimento no lucro do Santander em apenas seis meses é um acinte ao povo brasileiro. Que setor da economia teve um aumento de 27,5% em seus lucros nesse período? Da atividade produtiva, nenhum. Para não falar dos trabalhadores, que estão com salários arrojados, resultantes da política Dilma/Temer.

Apenas no segundo trimestre, o lucro líquido do Santander foi de R\$ 2,97 bilhões, um crescimento de



Lucro foi registrado nos primeiros 6 meses

5,4% na comparação com o 1º trimestre.

De acordo com relatório do banco, a carteira de crédito total somou R\$ 290,48,398 bilhões no final de junho, uma variação 13,1% em 12 meses. Em três meses, a carteira total teve aumento de 3,6%: "O desempenho em ambos os períodos foi impulsionado pela expansão, principalmente, de consignado, cartão de crédito e imobiliário".

Outro fator essencial para o crescimento do lucro é que o Santander pratica maiores spreads (diferença entre o custo

de captação e o valor cobrado nos empréstimos a clientes). Assim, a receita oriunda das operações de crédito cresceram 20,1% em 12 meses terminados em junho.

Por outro, as receitas com tarifas e serviços cresceram 3,4% no segundo trimestre ante o primeiro trimestre e evoluíram 12,7% em 12 meses, para R\$ 4,28 bilhões.

Além desses fatores, ainda há os ganhos com títulos da dívida pública, a despeito da redução nominal da taxa básica de juros (Selic), que pagam um dos maiores juros reais do mundo.

Empréstimos do BNDES caem 17% no 1º semestre

Em linha com a demolição que o governo Temer está fazendo com o BNDES, os financiamentos do banco no primeiro semestre deste ano caíram em, praticamente, todos tipos de comparações.

No primeiro semestre de 2018, os empréstimos despencaram 17% em relação a 2017. Naquele ano foram liberados R\$ 33,5 bilhões, sendo que em 2018 os desembolsos ficaram em R\$ 27,8 bilhões. Comparado a 2016, que financiou um valor de R\$ 40 bilhões, a queda nos empréstimos foi ainda mais acentuada, 31%.

A redução dos financiamentos ocorreu para todos os setores: Infraestrutura -9%; agropecuária -16%, comércio e serviços -21% e a indústria, carro chefe de qualquer economia desenvolvida, ficou com a maior queda em 27%. Por região as variações também foram todas negativas. No desdobramento por tipo de empresa, as médias tiveram um aumento nos financiamentos, mas as grandes e as micro empresas, com um volume 53% menor, amargaram um estrangulamento na oferta de crédito.

O BNDES fez uma campanha neste primeiro semestre, específica, ofertando recursos para

o capital de giro das empresas, inclusive com propagandas na televisão. As linhas de capital de giro são sempre muito procuradas por permitir a as empresas aquele dinheiro necessário ao recebimento das suas vendas a prazo.

Na situação econômica atual são ainda mais procuradas. Pois bem, os desembolsos para capital de giro no semestre foram de R\$ 2,5 bilhões ou 24% menores que 2017. As taxas de juros cobradas foram aumentadas no curso da campanha e não ficaram muito distante dos famigerados juros dos bancos comerciais.

A depressão da economia, resultante do alucinado ajuste fiscal combinado com as estratoféricas taxas de juros em curso, está na raiz da queda geral dos investimentos. O BNDES, ao contrário da sua vocação original, não está atuando no sentido de reverter esse quadro.

O aumento de suas taxas de juros e o drástico corte na oferta de recursos, em razão do esvaziamento do caixa do banco, por conta das antecipações indevidas de resgates de empréstimos ao Tesouro Nacional, são os principais fatores que, hoje, esvaziam os objetivos da instituição.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Governo anuncia que planeja leiloar jazidas minerais no Rio Grande do Sul e Tocantins

O governo planeja leiloar duas grandes jazidas minerais localizadas no Rio Grande do Sul e em Tocantins, entre 13 e 17 de dezembro, segundo informações da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), divulgadas na quarta-feira (25).

De acordo com a CPRM, serão oferecidos a investidores (leia-se multinacionais e fundos especulativos etc.) títulos de minérios de carvão em Candiota, região próxima à fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, divididos em quatro lo-

teiros, e os direitos sobre jazidas de metais como cobre, chumbo e zinco em Palmeirópolis, sul de Tocantins. Ouro, prata e cádmio também podem ser explorados.

Para seguir em frete com o leilão o governo precisa da autorização do Tribunal de Contas da União (TCU).

A nova entrega do patrimônio nacional (que se soma às tentativas de privatização de estatais como a Eletrobrás, Embraer, do petróleo das áreas do Pré-Sal e outras riquezas do povo brasi-

leiro) compõe o chamado Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Os contratos terão durações distintas (25 anos, Candiota e 10 anos, Palmeirópolis), mas ambos poderão ser renovados sucessivamente até o esgotamento das reservas. O governo espera um "bônus" total, que está sendo fixado em R\$ 3,13 milhões e a alíquota mínima para pagamento de royalties de 4% por quatro áreas em Candiota e R\$ 300 mil e pelo menos 2% de royalties, por um lote único em Palmeirópolis.

Empréstimos consignados crescem 16% e deixam aposentados reféns de bancos

O volume total de empréstimos consignados, de janeiro a maio de 2017 foi de R\$ 26,06 bilhões. Neste ano, considerado o mesmo período, o total de empréstimos foi R\$ 30,2 bilhões, ou R\$ 4,1 bilhões a mais. Em termos percentuais um aumento de 16%.

Nos últimos doze meses encerrados em março, o saldo das dívidas de aposentados e pensionistas com os bancos, por conta de empréstimo pelo consignado, chegava a R\$ 120 bilhões e aumentou durante os últimos 12 meses em 13,7%. Um crescimento acelerado do saldo devedor e que dá indicações preocupantes.

O valor da dívida per capita, de R\$ 4.129, equivale a 2,3 vezes a renda média dos beneficiários, que é de R\$ 1.750 por mês.

Como tantas outras coisas inventadas pelo PT, no

contexto de vender uma imagem de governo para o povo e praticar uma política, em especial depois da eleição de Dilma, que só trás tormentas para os mais pobres, o empréstimo consignado vem se mostrando um grande negócio para bancos e financeiras e uma armadilha para aposentados e pensionistas.

Levados pelo desemprego de familiares, pelos preços abusivos dos remédios, pelos reajustes abaixo da inflação dos seus vencimentos, pelas mensalidades abusivas dos planos de saúde, quando conseguem manter um, entre outras mazelas que a depressão da economia vem impondo à grande maioria da população, aposentados e pensionistas são levados a contratarem os empréstimos consignados na ilusão

de juros baixos. Quando 26% ou mais de juros ao ano são juros baixos? Apenas na esquizofrênica realidade dos bancos hoje no Brasil, quando um cheque especial cobra mais de 300% ou o Cartão de crédito mais de 400% ao ano.

Os aposentados, de maneira geral, tem um orçamento limitado, não tendo condições de aumentar sua renda num aperto imprevisto. Então o que foi singelamente oferecido como uma vantagem para situações excepcionais, tornou-se o derradeiro emparedamento do endividado.

A prestação do empréstimo fica garantida no banco, seja qual for a situação do aposentado. Ele tira outro empréstimo e nessa espiral fica completamente rendido. Os bancos não perdem nunca.

Em 2017, gasto com juros teve aumento de 11,8% em comparação ao ano anterior

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) divulgou o estudo "Juros e Inadimplência no Brasil 2015-2017", no qual aponta que, em 2017, as empresas e as famílias brasileiras pagaram o montante de R\$ 475,6 bilhões em juros, o que significa um aumento real de 11,8% na comparação com o ano anterior. Esse valor correspondeu a 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Isso ocorreu em meio à recessão, que devastou o país, provocou o desemprego em massa e a quebra de empresas produtivas. Em meio a essa catástrofe, só o ganho dos bancos, fundos estrangeiros, e demais parasitas que povoam o setor financeiro, continua em alta.

O levantamento foi feito, de acordo com a Fecomercio-SP, com base em informações disponibilizadas pelo Banco Central a respeito dos impactos recentes do crédito - ou da falta de crédito - sobre as empresas e as famílias.

Apenas as famílias pagaram R\$ 354,8 bilhões em juros no ano passado. Esta soma do gasto com juros pelas famílias representa 372 milhões de vezes o valor do salário mínimo atual (R\$ 954) ou "8,6 vezes o custo das obras da Olimpíada do Rio de Janeiro (R\$ 41 bilhões)", segundo a Fecomercio-SP.

O montante pago em juros foi 17,9% superior, em termos reais (descontada a inflação), ao gasto realizado em 2016 (R\$ 301 bilhões), e representou 10,8% da renda anual das famílias, superior às despesas com educação e vestuário, somadas.

"Foi a maior despesa individual das famílias, maior que os gastos com refeição fora do domicílio, serviços domésticos e aluguel", afirmou o assessor econômico da Fecomercio-SP, Altamiro Carvalho.

Conforme a Fecomercio-SP, "apesar do ciclo de reduções [nominais] contínuas da taxa Selic no decorrer de 2017, os juros médios cobrados das pessoas físicas subiram 4,4%, passando de 64,9% em 2016 para 67,8%. Com isso, a taxa média mensal cobrada dos consumidores ficou em 4,41%, percentual quase 50% superior à inflação registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2017 (2,95%)".

Já o gasto com juros das empresas totalizou R\$ 120,8 bilhões em 2017. Conforme a Fecomercio-SP, "o estudo revela que o volume de crédito ofertado para pessoa

jurídica caiu 4,7% no ano passado, passando de R\$ 769,5 bilhões em 2016 para R\$ 733,2 bilhões. Essa queda segue a tendência observada nos últimos anos. Desde 2014, o volume contraiu quase 24%".

No Brasil, devido aos altos ganhos auferidos pelos bancos com os juros sobre os títulos públicos, eles não precisam, exceto secundariamente, oferecer crédito às empresas e pessoas para que possam lucrar.

"O custo ainda elevado do crédito no Brasil inibe a capacidade de investimento das empresas", diz o estudo.

Esse custo elevado é a principal consequência da especulação sem riscos - isto é, garantida pelo governo - com os títulos públicos.

A entidade ressalta ainda que o crédito no Brasil impõe um custo elevado tanto para as famílias como para as empresas. Foram quase meio trilhão de reais retirados da sociedade a título de pagamento de juros - e isto é apenas o que foi apropriado, pelos bancos, diretamente das famílias (crédito à pessoa física) e das empresas (crédito à pessoa jurídica).

SETOR PÚBLICO

Ao gasto com juros pelas famílias e empresas, some-se o gasto com juros realizado por todo o setor público, que em 2017 atingiu R\$ R\$ 400,826 bilhões (6,11% do PIB), após terem sido torrados R\$ 407,024 bilhões (6,50% do PIB) no ano anterior, de acordo com números do Banco Central. Recursos transferidos aos bancos, que pertencem à coletividade, e implicam em espremer o orçamento público quanto à saúde, educação, transporte, defesa e demais setores.

Somados, a espoliação através dos juros diretamente às famílias e empresas com a espoliação do setor público - cujo dinheiro, evidentemente, também tem origem nas famílias e empresas, através dos impostos - os bancos ganharam nada menos que R\$ 876,426 bilhões em juros no ano passado.

Enquanto isso, os hospitais e as universidades estão à míngua, prolifera o ensino de fãncaria, principalmente nas fábricas de diploma controladas por grupos estrangeiros, a população segue sendo transportada como sardinha em lata nos ônibus, trens e metrô, a segurança pública é uma tragédia. Enfim, proliferam as mazelas decorrentes da adoção do neoliberalismo no governo do PT, exacerbadas por Temer.

VALDO ALBUQUERQUE

Monitor do PIB aponta recuo da economia de 1,5% em maio

A economia brasileira recuou 1,5% em maio em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal, segundo dados do Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgados na terça-feira, 24. Considerando-se os últimos três meses, o recuo foi de 1% e, em comparação com maio do ano passado, a queda foi de 1,8%.

O coordenador do Monitor do PIB-FGV, Cláudio Considera, seguiu a mesma ladainha repetida por outros correligionários da falsa "recuperação" econômica de Temer e Meirelles, e atrelou o péssimo desempenho da economia à greve de 11 dias dos caminhoneiros, deflagrada contra a política doentia do governo Temer de rea-

justes nos preços diários nos combustíveis, no fim de maio.

Na semana passada, dia 16, o Banco Central (BC) divulgou o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), que é considerado uma prévia para PIB, e apontou que a economia brasileira já estava moribunda, isto é, com queda -0,49%, antes da greve dos transportes. Na série dessazonalizada (com as variações típicas para o período do ano) na comparação com o mês anterior, a prévia do PIB do Banco Central foi negativa em janeiro (-0,52), variou próximo de zero em fevereiro (0,3), foi negativa em março (-0,33), voltou a variar próximo de zero em abril (0,5) e desabou em maio (-3,34).



Ex-senador do PTB do Distrito Federal Lava Jato oferece nova denúncia contra Argello, o conselheiro de Dilma

A força-tarefa da Operação Lava Jato apresentou, na quarta-feira (25), nova denúncia contra o ex-senador Gim Argello (PTB/DF) pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele é acusado de receber R\$ 1,6 milhão da construtora Galvão Engenharia, para não convocar empreiteiros para depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobrás, em 2014. Na época, ele era o vice-presidente da CPMI.

Segundo o Ministério Público Federal, a CPI foi criada para apurar as irregularidades cometidas contra a estatal, mas houve acerto de pagamento de propina ao ex-senador para evitar a convocação de empreiteiros para prestar depoimento.

As investigações apontam que, entre junho e dezembro de 2014, Argello solicitou propina no valor de R\$ 5 milhões da Galvão Engenharia, recebendo efetivamente parte deste montante (R\$ 1,6 milhão) por intermédio do Partido Social Liberal (PSL), do Trabalhista do Brasil (PT do B) e Partido Ecológico Nacional (PEN).

Segundo o MPF, o valor foi travestido de doação oficial de campanha com a posterior emissão de cinco recibos e registros junto a Justiça Eleitoral, tudo para dar aparência lícita à propina. Os partidos apoiaram Gim Argello na eleição para o Senado em 2014.

O pagamento da propina ocorreu com os depósitos, no mês de julho daquele ano, de R\$ 150 mil para o PSL, R\$ 150 mil para o PT do B e R\$ 500 mil para o PEN. Em agosto, foram depositados mais R\$ 550 mil para o PEN e R\$ 250 mil para o PT do B.

Argello, que era da base do governo Dilma e conselheiro próximo da ex-presidenta, já foi denunciado e condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) a 11 anos e 8 meses, por receber propina das empreiteiras UTC Engenharia, OAS, Toyo Setal, Camargo Corrêa e Engevix. Ele está preso no Complexo Médico Penal, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

Fecam

Moro: “quando o juiz trabalha nas férias também criticam”



Juiz fez plateia rir quando se referiu ao episódio do desembargador petista

Ministério Público pede para notificar de novo operador foragido do PMDB

A Procuradoria Geral da República no Distrito Federal solicitou à Justiça Federal nova citação de Sidney Noberto Szabo, apontado por investigadores como operador do Quadrilhão do PMDB, especialmente para ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que está preso desde 2016 no Paraná. O Ministério Público suspeita que ele esteja se escondendo e pede que sua prisão seja decretada, caso não seja localizado.

Szabo é denunciado como operador financeiro do Quadrilhão do PMDB, onde políticos do partido na Câmara dos Deputados são acusados de integrar uma organização criminosa. O presidente Michel Temer também é

investigado no caso.

Segundo o Ministério Público, oficiais de Justiça tentaram contato com o operador em maio, na residência atribuída a ele, mas foram informados por sua ex-mulher que ele não morava mais no local e que ela não saberia dizer o seu paradeiro.

“Essa informação (de que desconhece o lugar em que se encontra o réu), dita pela ex-esposa do citando, traz os elementos necessários para se suspeitar de que o réu oculta-se para não receber a citação”, diz o MP.

A Procuradoria requer no pedido a “citação por hora certa”, que ocorre quando o juiz autoriza o oficial de Justiça a ir ao local onde estaria o réu, em hora determinada,

deixando avisado aos moradores locais previamente sobre o procedimento, para que o réu esteja presente na hora e local estipulados em petição.

Trata-se de uma espécie de última chance para que o réu se apresente no processo a que responde. Se isso não ocorrer, o MP pede que a prisão preventiva de Sidney Szabo seja decretada.

O processo em questão foi aberto no início de abril pelo juiz federal Marcus Vinicius Reis, da 12ª Vara da Justiça Federal em Brasília. Ele aceitou denúncia por organização criminosa contra Szabo e amigos de Temer, como o ex-assessor da Presidência José Yunes e o coronel João Baptista Lima Filho.

Marina: ‘Alckmin é uma espécie de Dilma de calças’

A ex-senadora Marina Silva, pré-candidata da Rede à presidência da República, criticou o acordo do Centrão para apoiar a candidatura do tuco Geraldo Alckmin. Em sua primeira transmissão ao vivo pelo Facebook, na terça-feira (24), ela comparou o presidente do PSDB com a ex-presidenta Dilma Rousseff.

“Pode ter certeza [de] que só mudou o

condomínio: o Alckmin já é uma espécie de Dilma de calças”, afirmou, lembrando as alianças da eleição de 2014. “A Dilma se juntou praticamente com os mesmos do Centrão, na época estava até com o [Eduardo] Cunha, e conseguiu 12 minutos de televisão”, acrescentou.

Marina disse que o Centrão “sempre consegue arranjar um candidato pra chamar de

seu” e criticou o desequilíbrio nos tempos de televisão de cada candidatura.

“As alianças que são feitas geralmente elas são feitas com base em duas coisas entre aquelas que tem identidade programática, coerência política para disputar o processo eleitoral, ou entre aqueles que tem grandes ambições de poder independente de coerência ou não”, completou.

Alvaro Dias descarta ser vice de Alckmin: “porque querem me tirar do jogo? Porque eu tiro votos dele?”

O senador Alvaro Dias, pré-candidato a presidente pelo Podemos, desmentiu rumores de que poderia desistir da postulação para ocupar a vaga de vice na chapa do tuco Geraldo Alckmin. A especulação tem origem na resistência do empresário Josué Gomes (PR) em aceitar o convite, mas o senador paranaense descartou a hipótese e avisou que não há como essa aliança acontecer.

Segundo o pré-candidato do Podemos, a

aliança de Alckmin com o Centrão é uma reedição ampliada do presidencialismo de coalizão, sistema que classifica como “corrupto” e “ultrapassado”.

“O povo brasileiro está cansado desse sistema político. Meu único propósito da campanha é pregar o fim desse sistema corrupto e ultrapassado. Eu não vou avalizar a reedição dessa tragédia que estamos vivendo, com a repetição do sistema. O que estamos verificando é a reedição ampliada desse presidencialismo

de coalizão que fracassou”, afirmou.

Alvaro Dias também questionou os motivos dos que fazem a campanha de Alckmin para querer “tirá-lo do jogo”. “Há meses, quando me consultaram da primeira vez, eu disse que essa hipótese não deve ser cogitada. Não há nenhuma hipótese de isso acontecer. Por que querem me tirar do jogo? Qual a razão de quererem me tirar do jogo? Por que eu tiro os votos do Alckmin e ele não tira os meus?”, perguntou.

Paulo Câmara e PSB rebatem a “turma do Temer”

A direção do PSB do Pernambuco divulgou nota, na terça-feira (24), rebatendo os ataques do senador Armando Monteiro (PTB), pré-candidato ao governo estadual, à administração do governador Paulo Câmara.

“A ‘turma do Temer’, liderada pelo senador Armando Monteiro, deveria olhar esse governo federal que eles defendem”, afirma a nota. A chapa oposicionista abriga três ex-ministros do atual governo: o deputado federal Mendonça Filho (DEM), ex-ministro da Educação; o deputado federal Bruno Araújo (PSDB), ex-ministro

das Cidades; e Fernando Coelho Filho (DEM), que ocupou a pasta de Minas e Energia.

O texto também faz referência a atribuições da coligação que apoia o candidato do PTB: “Não nos causa surpresa esse conflito entre eles. Isso é resultado de quem constrói arranjos de partidos apenas para fins eleitorais. É um ajuntamento de siglas desconectado da realidade do povo”, diz.

Segundo a legenda, a oposição “não tem condições de falar do governo de Pernambuco e nem da Frente Popular (coligação de Paulo Câmara)”. “A agenda dessa ‘turma’

é retrógrada e anti-povo, pois aumenta sem controle o preço dos combustíveis e do gás de cozinha, provoca um desemprego sem precedentes, retira direitos dos trabalhadores e quer vender as águas do Rio São Francisco”, destaca a nota.

A Caixa Econômica Federal negou, mais uma vez, um empréstimo para a realização de investimentos no Estado. O valor solicitado é de cerca de R\$ 500 milhões. O governador Paulo Câmara marcou uma audiência com a presidência da instituição na última semana, mas não chegou a ser recebido pelo gestor do banco.

Para o juiz da Lava Jato, é preciso enviar uma mensagem aos corruptos “de que as condutas graves não ficarão impunes”

Diante da afirmação do ex-advogado de Temer, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, de que “prisão não previne a corrupção”, replicou o juiz Sérgio Moro, na quarta-feira, em São Paulo:

“A prisão não é condição suficiente para a superação de corrupção sistêmica. Mas a efetividade do sistema de Justiça Criminal em relação à corrupção, é necessária para superar o problema. Precisa-se mandar mensagem de que as condutas graves não ficarão impunes. Evidente que só punição não resolve o problema. São necessárias políticas públicas mais gerais, exemplos de lideranças com atuação íntegra, para que esse quadro de corrupção disseminada seja reconhecido.”

A declaração foi durante o Fórum “Mais governança e mais segurança”, promovido pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

A prisão, realmente, é uma punição a alguém que cometeu um crime. Seu principal objetivo é este – e não “prevenir” o crime. Porém, como disse Moro, é impossível pensar em prevenção do crime, sem que os criminosos sejam punidos.

“Não creio que ninguém”, continuou Moro, “tenha advogado por supressão de direito de defesa, por tratar o acusado como criminoso. O que ocorre é que foi constatada no Brasil uma tradição de impunidade em relação a determinado tipo de criminalidade, o da grande corrupção.”

“Diagnosticada essa questão, o que se defende é que seja alterado o sistema, não para que todos sejam punidos, mas para que, mediante o devido processo, não haja impunidade. O que se verificava não era excesso de punição, era impunidade. Evidentemente, ninguém defende que não se trabalhe no âmbito dos direitos fundamentais, inclusive do acusado, seja ele culpado ou inocente.”

Sobre a suposta seletividade da Operação Lava Jato, disse Moro que “isso tem sido usado como um alibi político a fim de

tentar justificar de alguma forma uma condenação, no sentido de que ela teria sido orientada. Sempre tive pretensão de decidir com correção. Posso ter me equivocado, ninguém é perfeito. Sempre agi com pretensão de fazer o que era certo, com as leis e as provas. As decisões estão ali, afetaram agentes políticos de diversos partidos.

“São críticas profundamente injustas. E como criticar, estando nos Estados Unidos durante o Watergate, perguntando: ‘Cadê as provas contra os democratas?’, quando era um escândalo dos republicanos.”

Indagado sobre sua decisão durante a conspiração do PT para soltar Lula, aproveitando-se do plantão de Rogério Favreto – ativista do PT que Dilma infiltrou no TRF-4 -, Moro reafirmou que o desembargador petista era “absolutamente incompetente” para tomar tal decisão.

Quanto ao fato de estar em férias quando se recusou a cumprir a decisão de Favreto, disse Moro que “a imprensa vive questionando os juizes que as suas férias são muito longas – e quando o juiz trabalha nas férias, também criticam”, o que provocou gargalhadas na plateia.

Moro considerou que a decisão do STF que permitiu a prisão após a condenação em segunda instância “foi um passo fundamental”: “não há como a Justiça funcionar sem que os processos cheguem ao fim”.

O juiz destacou a “infinidade de recursos” que réus, desde que tenham dinheiro, dispõem no Brasil, o que torna impossível punir alguém, sem que a execução da pena comece em algum ponto da tramitação do processo.

Moro manifestou-se contra a proposta do ministro Dias Toffoli, do STF, de que a prisão do condenado comece após esgotados os recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ):

“Solução intermediária não resolve, permaneceremos no mesmo quadro”, destacou o “nível absurdo” de processos que o STJ tem para julgar.

C.L.



Goulart, candidato do Partido Pátria Livre

“Temos que ampliar os recursos para o SUS”, diz João Goulart Filho

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente do Partido Pátria Livre (PPL), denunciou o desmantelamento da saúde pública brasileira, implementado pelo atual governo. “O SUS já sofria com um subfinanciamento crônico, agora, com a EC 95 de 2016 e o congelamento dos gastos sociais, a situação vai piorar” alertou o presidencialista.

João Goulart participou nesta sexta-feira, dia 27, do congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), no Rio de Janeiro. No evento serão debatidos os caminhos para superar a crise do SUS. Os presidencialistas apresentarão suas ideias para os participantes do congresso. João Goulart disse que pretende revogar o teto de gastos sociais. “Temos que ampliar os investimentos”, destacou.

“Trinta anos depois de promulgada a constituição, que estabeleceu a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, estamos longe de garantir ao povo esse preceito constitucional”, disse João Goulart. “O SUS foi uma grande conquista social que resistiu à onda neoliberal. Mas a tônica em pregar o Estado mínimo e cortar direitos sociais, que prevaleceu nos últimos governos, está destruindo essa conquista do povo”, acrescentou o filho de Jango. “Os recursos para a saúde são insuficientes. Hoje 80% da população depende do SUS, mas os recursos

que vão para a saúde pública são menores do que os recursos movimentados pelo setor privado, que atende apenas 20% da população”, observou Goulart.

“Temos que ampliar os recursos para o SUS, investir pesadamente em atenção básica, nos médicos de família, construir um complexo industrial nacional na área da saúde. Esses são os desafios atuais, mas que já se delineavam no 3º Conferência Nacional da Saúde, conduzida por Wilson Fadul, durante o governo de meu pai”, lembrou o pré-candidato.

“Este governo só toma medidas que favorecem a medicina privada, como recentemente fez, ao obrigar os usuários de planos de saúde a pagarem, além do que já pagam, pelos exames e procedimentos. Ainda bem que o STF barrou essa medida absurda”, lembrou João Goulart Filho.

NILSON
No Encontro dos Assesores Econômicos dos presidencialistas, realizado na UnB (Universidade de Brasília), disse João Goulart. “O SUS foi uma grande conquista social que resistiu à onda neoliberal. Mas a tônica em pregar o Estado mínimo e cortar direitos sociais, que prevaleceu nos últimos governos, está destruindo essa conquista do povo”, acrescentou o filho de Jango. “Os recursos para a saúde são insuficientes. Hoje 80% da população depende do SUS, mas os recursos

TRF-4 rejeita outro recurso de Lula para tirar Moro de dois processos

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região rejeitou recursos da defesa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que pediam para afastar o juiz Sérgio Moro de dois processos da Operação Lava Jato em que o petista é réu.

Um dos processos é o do sítio de Atibaia e o outro refere-se ao terreno comprado pela Odebrecht e destinado ao Instituto Lula. Segundo o Ministério Público, a Odebrecht pagou propina de R\$ 12 milhões a Lula na forma de um terreno destinado a construir uma sede para o Instituto Lula, que não gostou do imóvel, o negócio não se concretizou, mas a propina ficou como crédito para o PT.

O TRF-4 já havia negado um pedido para que Moro fosse afastado dos processos no dia 5 de julho passado, mas a defesa de Lula insistiu no assunto, desta vez entrando com um embargo de declaração, que

foi negado agora. s advogados lulistas alegaram omissão a um artigo do Código de Processo Civil, que estabelece que um juiz deve ser considerado suspeito para julgar um réu quando “interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes”.

Segundo a defesa, a Justiça deveria considerar Moro suspeito de julgar Lula por participar em Nova York de um evento do Lide (Grupo de Líderes Empresariais), empresa ligada ao ex-prefeito paulistano João Doria, pré-candidato do PSDB ao governo de São Paulo.

Para o desembargador João Gebran Neto, relator do processo, não houve nenhuma omissão ou contradição na decisão anterior do tribunal. “No caso, há mera insatisfação com o resultado do julgamento, o que não abre a oportunidade de re-discussão pela via dos embargos de declaração”, decidiu Gebran.

Lulistas vandalizam o STF

Lulistas jogaram tinta vermelha em uma das entradas do Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira (24), por volta das 12h30, em um ato de vandalismo que causou indignação entre os magistrados.

De acordo com seguranças do tribunal, de 20 a 30 pessoas chegaram em duas vans e atiraram bexigas cheias com a substância na área externa do edifício aos gritos de “Lula livre”. Eles contaram que parte dos manifestantes usava máscaras e narizes de palhaço.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) divulgou nota de repúdio ao que chamou de “atos de vandalismo” na sede do STF. “A AMB tem advertido, em diversas oportunidades, para os riscos que a democracia brasileira tem corrido e reitera os seus posicionamentos para denunciar a intenção escusa dos ataques frequentes ao Poder Judiciário, na clara tentativa de constran-

ger a Justiça”, diz o texto.

Segundo a entidade, “não se pode admitir, sob qualquer pretexto, atos de vandalismo como este que atinge a mais alta instância do Judiciário brasileiro”. A AMB acrescentou “que atos dessa natureza não podem permanecer impunes”.

A Secretaria de Segurança do STF informou que providências para apurar o ato já foram adotadas. “Imagens e informações dos envolvidos, bem como números de placas de veículos foram coletadas pela segurança do tribunal e contribuirão para as investigações”, destaca em nota.

Lula está preso em Curitiba desde 7 de abril, depois de ter sido condenado em segunda instância por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no caso do triplex de Guarujá. A pena foi fixada em 12 anos e um mês de prisão pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Samarco tentou não reconhecer atingidos na tragédia de Mariana

De acordo com o promotor de Justiça, Guilherme de Sá Meneghin, que atua no processo das vítimas, mais de 3 mil pessoas foram prejudicadas na cidade

Na última terça-feira (24), entrevistamos o promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana, em Minas Gerais, que acompanha os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Ele foi o autor da ação cautelar que, cinco dias após o desastre, pediu o bloqueio de R\$ 300 milhões da mineradora Samarco, e é quem acompanha a ação de indenização e reassentamento das famílias atingidas da cidade. No próximo mês de novembro, o desabamento da barragem da Samarco, que dizimou o Rio Doce, causando a maior tragédia ambiental do país, e matou 19 pessoas, completará três anos.

A época, a então presidente Dilma Rousseff (PT) articulou um acordo com as mineradoras em que elas criariam a Fundação Renova que seria a responsável pela reparação da destruição causada por elas mesmo, e prometeu: "Vamos fazer um Rio Doce melhor do que estava antes". Até hoje, ninguém responde criminalmente pelo crime.

Abaixo, o promotor Meneghin, relata a situação do processo na comarca de Mariana e expõe a tentativa das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, de não reconhecer o total de atingidos pela tragédia:

CAMILA SEVERO

Como começou sua atuação no caso do rompimento da barragem de Fundão?

Guilherme de Sá Meneghin: Nós começamos a atuar nesse caso assim que houve o desastre, sempre no que tange a reparação dos direitos das vítimas, já que as questões ambientais não são da alçada da justiça estadual. Nós ajuizamos no dia 10 de novembro uma ação cautelar de bloqueio de bens, pra bloquear R\$ 300 milhões da Samarco, e depois no dia 10 de dezembro de 2015 nós ajuizamos uma ação civil pública pedindo a reparação integral dos direitos das vítimas do desastre. Nessa ação principal, que é conexa a essa ação cautelar de bloqueio de bens, é que nós estamos tomando as providências necessárias para atender a comunidade atingida.

Quais medidas foram tomadas nesse período?

No bojo desse processo foram tomadas várias medidas para proteção dos atingidos. Exigi que a empresa fornecesse casa para que as pessoas não ficassem desabrigadas até o reassentamento, auxílio financeiro para as famílias, antecipação de indenização, entre outros. Isso foi sendo feito ao longo desses dois anos com alguns percalços, porque as empresas não reconheciam algumas vítimas como atingidos, e nós tivemos que entrar com processos paralelos para demonstrar que aquelas pessoas mereciam algum tipo de reparação imediata, que são esses auxílios, que nós pleiteamos, e que acabaram virando um acordo nessa ação.

Como está a situação neste momento?

No atual estágio nós continuamos com a tramitação desse processo e pactuamos uma série de regras que as empresas têm que cumprir, que chamamos de diretrizes do reassentamento. Uma delas, por exemplo, é que por cinco anos após o reassentamento a Samarco, a Vale e a BHP através da Fundação Renova, tem que fornecer assistência técnica aos atingidos, para que eles possam retomar suas atividades econômicas. Outra é que o auxílio assistencial financeiro não cesse imediatamente. Ele só vai poder ser extinto quando as famílias retomarem suas condições econômicas anteriores ao desastre, ou seja, ainda que a pessoa ganhe uma casa e seja reassentada, enquanto ela não tiver sua atividade econômica amplamente restaurada, ela ainda receberá esse auxílio mensal, que não é a indenização.

De quantas famílias estamos falando?

Atingidas só na cidade de Mariana, nos distritos afetados, são 850 famílias, que dá aproximadamente 3.000 vítimas. Deles, serão reassentadas são 306 famílias. Fizemos esse acordo para que o reassentamento seja o mais justo possível e continuamos cobrando. A fundação Renova adquiriu os terrenos, no caso de Bento Rodrigues está mais avançado, eles já estão quase com a licença para iniciar as obras. Eles estão começando a chamar as vítimas para elas planejarem suas casas no futuro reassentamento. Já o distrito de Paracatu de Baixo o projeto não está pronto, nem foi aprovado pela comunidade.

Há algum tipo de previsão para o reassentamento em Bento e Paracatu?

Não existe nenhum tipo de previsão para o reassentamento, embora eles aleguem uma ou outra data, elas não tem fundamento. Porque a obra é longa e complexa. De qualquer forma nós estamos cobrando que as empresas concluam essa obra até o final de 2019, e também estamos cobrando uma multa, que seja aplicada judicialmente caso eles não cumpram esse prazo. Mas a decisão sobre se essa será considerada de fato a data final ainda não foi tomada.

E como está o processo de indenização às vítimas?

Quanto à indenização, a gente espera concluir o acordo ainda este ano com a Fundação Renova e as empresas. Estamos trabalhando com a possibilidade de nesse acordo já haver os critérios para indenizar as pessoas. É um acordo coletivo, mas cada família vai ter uma indenização individualizada de acordo com os danos que ela sofreu. Para identificar esses danos esta sendo feito um processo de cadastramento dessas vítimas, e de todos os prejuízos que a pessoa sofreu. Esse cadastramento não é feito pelas empresas e nem pela Fundação Renova.

Como está a relação dos atingidos com a Renova?

Não está boa, a Renova pisou na bola em alguns momentos durante esse processo e nós inclusive já fizemos algumas críticas sobre essa forma de atuação, principalmente daquelas pessoas que foram prejudicadas e não tiveram seus direitos reconhecidos. A gente [MPMG] teve que ajuizar ações paralelas para garantir esses direitos. A gente espera que a Fundação melhore e venha de fato atender os interesses dos atingidos, e, caso ela não venha a atender, o Ministério Público está aí justamente pra cobrar, inclusive com medidas judiciais, o cumprimento de tudo que é obrigação deles.

O conselho da Renova é composto majoritariamente pelas empresas que causaram o dano, como você vê isso e os acordos fechados por ela?

O que acontece é que essa questão da Fundação Renova é tratada na Justiça Federal, então eu não atuei diretamente na formulação desse novo acordo de governança da fundação e nem poderia, são muitos órgãos atuando e não tenho como avaliar o que está sendo feito. Independentemente desse acordo, nós vamos continuar com os processos tramitando em Mariana, com as medidas adotadas aqui, com a ressalva de que a única cidade que os processos permaneceram na justiça estadual é aqui em Mariana, onde estamos muito perto, cobrando e fiscalizando de uma maneira mais próxima pra atender de forma adequada as vítimas.

Qual é o impacto que o Termo de Ajustamento de Conduta fechado pelo Ministério Público Federal terá nos acordos com os atingidos?

Não tem como avaliar como o TAC vai impactar os atingidos, por causa da especificidade da comarca de Mariana, que foi a única que permaneceu com os processos. De alguma forma tudo aqui passa por uma decisão judicial, pelo ministério público ou pelos atingidos, é um processo bastante desvinculado do que está acontecendo com o restante da Bacia do Rio Doce.



Maiores tragédias ambientais do país completará três anos em novembro

PF indicia Laurence e outros 11 pelo desvio de R\$ 600 milhões no Rodoanel

A Polícia Federal (PF) indiciou nesta segunda-feira (23), doze suspeitos de desviar R\$ 600 milhões nas obras do Rodoanel, em São Paulo. Entre os acusados está o ex-presidente da Dersa, Laurence Casagrande Lourenço (PSDB).

A investigação da PF teve início em 2016 com a denúncia de um fiscal das obras do trecho norte do Rodoanel. Essa denúncia levou a investigação aos dois principais cargos da empresa de obras viárias do governo paulista.

De acordo com a Polícia Federal, o ex-presidente da estatal Laurence Casagrande Lourenço praticou os crimes de fraude em licitação, associação criminosa e falsidade ideológica. O tucano ocupava a presidência da Cesp, a companhia energética do estado, até ser preso no mês de junho.

Laurence Casagrande também foi secretário de Logística e Transportes do estado de São Paulo entre maio de 2017 e abril de 2018, na gestão do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Ele é o único dos alvos da Operação intitulada "Pedra no Caminho" que continua preso. O Ministério Público Federal (MPF) pediu a prisão preventiva de Laurence

Para Alckmin, seu ex-secretário é uma "pessoa correta"

Em defesa do seu ex-secretário, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, considerou que Laurence "pode ser uma vítima". Durante entrevista no programa Roda



Laurence, homem de confiança de Geraldo Alckmin

depois que duas ex-secretárias disseram aos investigadores que receberam ordens para destruir documentos.

A investigação da Operação Pedra no Caminho apontou também, que Laurence Casagrande tinha uma espécie de "bunker" dentro da sede da Cesp, em São Paulo, para esconder e eliminar documentos comprometidos.

A PF também indiciou o diretor de Engenharia da Dersa, Pedro da Silva, o gestor dos contratos, Pedro Paulo Campos, além de cinco fiscais da Dersa e quatro executivos das empreiteiras Corsan-Covisan, Mendes Jr e OAS.

Segundo a investigação, os executivos das construtoras e

a Dersa assinaram aditivos para remover rochas de grande porte, só que o serviço já estava previsto no contrato inicial.

O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou um superfaturamento de R\$ 625 milhões na obra. A Polícia Federal já concluiu o inquérito. Agora está nas mãos dos procuradores da República decidir até sexta-feira (27) se oferecem denúncia à Justiça, ou se pedem outras investigações.

A defesa de Laurence Casagrande disse que o indiciamento se baseia em informações falsas e equivocadas e que todas as acusações são falsas.

de uma injustiça", disse o ex-governador.

O tucano, no entanto, acrescentou que "se alguém cometeu algo errado, vai ter de pagar por isso".

Canteiro do VLT de Cuiabá, prometido para Copa de 2014, será transformado em jardim

Prometido como maior "legado da Copa de 2014" para o Mato Grosso, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ainda não foi concluído. Agora, a Prefeitura da capital, Cuiabá, resolveu cobrir as obras inacabadas com um projeto de paisagismo sobre os trilhos.

A obra, iniciada em 2012, tinha como previsão de entrega a Copa do Mundo no Brasil, no ano de 2014. Agora, em 2018 e passada a Copa do Mundo da Rússia, ela é mais uma dos legados que não foram deixados para a população.

O "embelezamento" das vias mascara a malha de trilhos paralisada. Dos 22 quilômetros de trilhos prometidos, apenas 6 tiveram as obras realizadas. A administração municipal afirmou que o paisagismo não será definitivo e que há intenção em retomar as obras assim que possível. Ainda não existe licitação para a conclusão da obra.

O contrato para a obra

do VLT foi firmado em 2012, ainda no governo Dilma,

com orçamento total de R\$ 1,477 bilhão, com previsão de entrega no começo de 2014, antes do início da Copa. No entanto, mesmo consumindo R\$ 1,066 bilhão dos cofres públicos, se encontra parada desde o final de 2014.

O contrato foi rescindido em 2017 pelo governo, em decorrência da Operação Descarrilho, onde a Polícia Federal apontou irregularidades nas obras. A investigação apurou os crimes de fraude a procedimento licitatório, associação criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato e lavagem de capitais.

Uma nova licitação será lançada para a retomada das obras, segundo o governo do Mato Grosso. Enquanto isso, no centro de controle operacional, os 42 vagões de VLTs comprados encontram-se parados e vão se deteriorando cada vez mais. Atualmente são gastos

mensalmente R\$ 16 milhões em manutenção dos vagões.

LEGADO

A Copa do Mundo, realizada no Brasil em 2014, os governos petistas de Lula e Dilma deram isenção fiscal às obras que fossem realizadas nas cidades que receberiam os jogos. Mesmo após o final da Copa e passados quatro anos, oito cidades ainda encontram-se com obras inacabadas.

Além de Cuiabá com o VLT, Fortaleza também possui atraso nas obras do seu VLT.

Brasília e Recife alteraram o projeto inicial, substituindo o VLT por corredores de ônibus (BRT). No entanto, as obras ainda não foram concluídas.

As cidades de Belo Horizonte, Natal, Porto Alegre e São Paulo também não entregaram as obras no prazo, sejam em monorilho, BRT, complexos viários e infraestrutura no geral, sem algum retorno de previsão, realização ou conclusão.



Vereadora foi executada em março

Rio: Polícia prende suspeitos da morte de Marielle Franco

Dois homens que foram presos na manhã desta terça-feira (24) por envolvimento em dois assassinatos na Baixada Fluminense também são investigados pelos assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista, Anderson Gomes no dia 14 de março deste ano.

O ex-PM Alan Nogueira e o ex-bombeiro Luís Cláudio Ferreira Barbosa foram presos por participar dos homicídios de um PM e um ex-PM na Baixada Fluminense, em fevereiro de 2017, supostamente a mando de Orlando Oliveira de Araújo, o Orlando da Curúcia, chefe de uma quadrilha de milicianos. Os três foram indiciados por duplo homicídio neste caso.

Segundo o delegado, uma testemunha-chave do caso delatou o envolvimento dos três nos homicídios da Baixada Fluminense, e também apontou que eles foram os responsáveis diretos pela morte de Marielle.

"O teor dessa participação, de que forma eles teriam agido no caso Marielle, ainda está sob investigação", disse Batista, que confirmou que Nogueira e Barbosa são considerados suspeitos de envolvimento nas mortes da vereadora e de seu motorista.

De acordo com o jornal "O Globo" desta terça-feira (24), o ex-PM Nogueira seria um dos ocupantes do veículo em que estavam os assassinos. Segundo a notícia, a informação partiu do homem considerado testemunha-chave no caso.

O PM reformado Alan Nogueira, conhecido como Cachorro Louco, foi detido em sua casa na Zona Norte do Rio, onde a polícia aprendeu um Honda Civic branco. Ele é suspeito de integrar o bando de Araújo, que foi transferido em junho para a penitenciária federal de Mossoró (RN). Investigadores dizem que o Honda Civic apreendido teria sido usado para desovar os corpos dos mortos na Baixada Fluminense.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou nesta quarta-feira (25) em São Paulo que a "cadeia que envolve os mandantes do assassinato de Marielle é ampla e complexa".

"Eu diria que a investigação é complexa, que tem executores que fizeram aquela tragédia que foi feita, mas que também tem evidentemente mandantes. É preciso que eles, evidentemente, sejam também responsabilizados e presos e paguem por este crime abominável", defendeu o ministro ao participar de um debate sobre segurança pública no Brasil, realizado em São Paulo. Segundo ele, "há indícios fortes de participação de milícias" no crime.

ANS pretende liberar aumentos em planos de saúde individuais

Em audiência pública realizada, nesta terça-feira (24), no Rio de Janeiro, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) propôs alterar a metodologia para os aumentos dos planos de saúde individuais.

A metodologia atual, que já é lesiva aos usuários, foi estabelecida em 2001 e leva em conta a média de percentuais de reajuste aplicados pelas operadoras aos contratos de planos coletivos (com mais de 30 pessoas). O reajuste dos planos individuais é limitado pela ANS, mas o dos coletivos não.

Com 150 operadoras de planos de saúde associadas, que representam 27% dos 47,2 milhões dos beneficiários do setor, o Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinameg) sugeriu que cada operadora passe a apresentar a sua proposta de aumento para a agência.

Para Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Defensoria Pública do Estado do Rio, a proposta significa a desregulamentação dos 20% dos contratos do setor que ainda têm aumento controlado — os outros 80% já são contratos coletivos. Para Marilena Lazzarini, presidente do Conselho do Idec, o problema não é a fórmula de cálculo, mas a atuação regulatória da agência que acaba com essa proposta.

"Não vejo benefício em nada que foi apresentado. O que queremos é voltar ao cenário antes da lei, há 20 anos, com um mercado desregulado. Querem terceirizar o cálculo, com institutos auditorias, se for assim para que a ANS? O problema não são os modelos de cálculo, mas a forma de aplicação. Estamos no meio de uma série crise regulatória", afirmou.

Na contramão das propostas das empresas, a sugestão feita pela Defensoria Pública do Rio, o Ministério Público Estadual e a Universidade Federal Fluminense (UFF) é de ampliar a regulação dos reajustes dos planos coletivos. Atualmente, a agência monitora os aumentos aplicados aos contratos com até 30 beneficiários, a sugestão é que esse controle fosse ampliado, com monitoramento de todos os contratos de adesão e de dois grupos de empresariais: aqueles com até 100 usuários e entre 100 e 500.

"Sugerimos a ampliação para todos os contratos de adesão e em dois grupos de empresariais de forma a proteger pequenas e médias empresas que têm menor poder de barganha com as operadoras", explicou o defensor público e pesquisador da UFF, Eduardo Chow.



Composições do VLT desativadas em pátio. Custo é de 16 milhões ao mês



Ambulantes no bairro da Tijuca, RJ

Trabalho informal apresenta rendimento 33% menor

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os trabalhadores informais, que se viram por conta própria, há menos de dois anos têm remuneração, em média, 33% menor do que os que já estavam nesse tipo de ocupação – além disso, a categoria como um todo teve queda de rendimentos, piora no perfil de vagas criadas e, também, redução no acesso ao sistema de aposentadorias.

Com a ampla recessão em que o país se encontra, o número de trabalhadores que deixaram o emprego formal com carteira assinada e entraram no ramo do trabalho por conta própria aumentou drasticamente: só em 2015 e 2016, foram mais de cinco milhões de pessoas a migrar para essa posição.

E a situação não melhorou. De 2016 para 2017, o contingente de profissionais com carteira no setor privado diminuiu em quase 1 milhão de pessoas, redução de 2,8%, enquanto o total de ocupados sem carteira e por conta própria subiu 5,5% e 0,7%, respectivamente. Para piorar, a renda real deles caiu 0,6%.

Isso pode ser explicado também porque, segundo o levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e divulgado no boletim "Emprego em Pauta", mais da metade (52%) dessas pessoas passou a desempenhar atividades como faxineiros, ajudantes e preparadores de comidas rápidas, caracterizadas como "elementares".

Esse tipo de trabalho, com a renda comumente mais baixa do que em setores mais qualificados, gera outro problema. Com a renda diminuída, 77,4% daqueles que trabalham por conta própria há menos de dois anos não têm CNPJ, nem contribuem no momento com a Previdência Social, de acordo com o levantamento do Dieese.

Embraer: trabalhadores aprovam luta em defesa da estatal e estabilidade



Trabalhadores também exigem o fim das demissões que já vem ocorrendo

Setor de elétrico e eletrônicos tem terceiro mês seguido de demissões

Segundo as estatísticas da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o setor demitiu, em junho, mais de mil trabalhadores. É o terceiro mês seguido em que as demissões aconteceram e o número de vagas fechadas atingiu 2.500.

O setor é mais um dos

atingidos pela farsa da recuperação econômica de Temer. O número de demissões é crescente: em abril, foram 451; em maio, 1.006; em junho, 1.078, tendo um total de 2.535.

Para a Abinee, a confiança das empresas e dos consumidores sobre a retomada do desenvolvimento caiu muito, e isso

foi fundamental para os cortes. Nos três primeiros meses do ano foram feitos investimentos no setor para que mais contratações ocorressem, mas, se as demissões continuarem, existe a possibilidade de serem

possível em vão. No acumulado do ano, o saldo é de 2 mil vagas.



Os manifestantes atearam fogo em um caixão simbolizando o descaso do governo com os direitos dos trabalhadores

Servidores públicos de MG exigem fim do parcelamento e reajuste do salário

Os servidores estaduais de Minas Gerais realizaram ato nesta segunda-feira (23), na Praça Sete, em Belo Horizonte, exigindo pagamento dos salários até o 5º dia útil, sem parcelamento.

A manifestação reuniu cerca de 1000 servidores contra o arrocho que o funcionalismo mineiro vem sofrendo com o parcelamento dos salários e a falta de reajustes desde 2016, quando o governador do estado, Fernando Pimentel (PT), definiu o parcelamento do salário de todos os servidores em três vezes. "Nós estamos há 3 anos com o salário parcelado, há 4 anos sem reposição das perdas salariais", afirmou Marcelo Armstrong, diretor regional do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

(Sindpol/MG).

Durante o ato, os manifestantes atearam fogo em um caixão simbolizando o descaso do governo com os direitos dos trabalhadores.

O parcelamento dos salários atinge tanto trabalhadores da ativa quanto os aposentados, que sempre recebem menos ou são os últimos a receber. Em liminar expedida pela desembargadora Maria das Graças Silva Albergaria dos Santos Costa, da 3ª Câmara Cível de Belo Horizonte, a justiça mineira determinou o pagamento integral dos salários até o 5º dia útil de cada mês.

O governo de Pimentel, por meio da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG), recorreu à decisão judicial alegando não ter como pagar os salários porque a queda na arrecadação não permite.

O funcionalismo protesta ainda contra o sucateamento dos serviços de saúde, feitos através do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG). "Nós estamos aqui com os companheiros de todos os sindicatos reunidos, e estamos lutando contra esse governo, porque ele está fatiando o nosso salário, não repassa o dinheiro ao IPSEMG. O nosso hospital está todo sucateado e os funcionários públicos estão em dificuldade", denuncia José Maria de Paula, diretor administrativo do (Sindpol/MG).

O mesmo acontece com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), cujo atraso dos repasses teve início em 2016, e a dívida chega ao patamar dos R\$ 3 bilhões.

Centrais sindicais convocam para o "Dia do Basta"

As centrais sindicais se reuniram na sede do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na quarta-feira (25), para organizar o "Dia do Basta!". As manifestações contras as políticas de recessão, como os juros altos e a Reforma Trabalhista e da Previdência ocorrerão no dia 10 de agosto em todo o país.

Estavam presentes na atividade a CGTB, Força

Sindical, CSB, CSP, Conlutas, CTB, CUT, Intersindical, Nova Centra, a UGT e diversos sindicatos ligados a todas essas centrais.

Foram colocados como pontos prioritários das reivindicações dos trabalhadores o fim da política de juros altos, que transfere para os bancos privados quase metade dos recursos da União, e a revogação imediata da reforma Trabalhista e da Emenda Constitu-

cional 95/16, a do teto de gastos que, juntos, causam o imenso desemprego que hoje assola a população brasileira.

Além disso, os trabalhadores se manifestarão contra a reforma da Previdência, engavetada desde o início da intervenção federal-militar no Rio de Janeiro.

A principal manifestação está marcada para o dia 10, em São Paulo, às 10 horas, na Avenida Paulista.

"Seguiremos firmes exigindo que o governo federal vete a venda da Embraer", afirmou o diretor do sindicato, Herbert Claros

Os trabalhadores da Embraer aprovaram, nesta terça-feira (24), a deflagração de uma campanha nacional em defesa da estatal e por estabilidade no emprego e manutenção de direitos. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (Sindimetal-SJC), que representa a maior parte dos funcionários da empresa, esta mobilização é uma resposta ao presidente da Embraer, que descartou a concessão de estabilidade no emprego após a compra pela americana Boeing.

"Com o apoio dos trabalhadores, seguiremos firmes exigindo que o governo federal vete a venda da Embraer. Não podemos aceitar que seja cometido esse crime contra o país, entregando um patrimônio nacional de bandeja para os norte-americanos", afirma o diretor do Sindicato de São José dos Campos, e funcionário da Embraer, Herbert Claros.

No início deste mês a multinacional norte-americana Boeing anunciou um acordo preliminar para a compra da Embraer, segundo o qual, com a chancela do governo Temer, haverá a formação de uma nova empresa: uma joint venture que teria 80% de participação da multinacional dos EUA e o restante, da empresa brasileira.

A reunião com o presidente da Embraer, Paulo Cesar Souza e Silva, aconteceu na última sexta-feira (13), no escritório da empresa, em São Paulo, e reuniu os representantes dos sindicatos de metalúrgicos de São José dos Campos, Araraquara e Botucatu. Na ocasião, os sindicalistas pediram que o presidente da empresa se compromettesse com a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores durante e depois da venda.

O sindicato denuncia que "sem a garantia de desenvolvimento e produção de novos aviões no Brasil, a Embraer pode rapidamente se tornar apenas uma fabricante de peças, levando à demissão milhares de trabalhadores. O cenário é tão grave que nem mesmo o fechamento da fábrica está descartado, com toda produção ocorrendo nos Estados Unidos".

O sindicato alerta que as demissões em massa são uma constante no caso de vendas de empresas desse porte, como foi o caso da venda da Alitalia, que aconteceu entre 2008 e 2009, e foi seguido pela demissão de 10 mil trabalhadores e redução salarial de 13%, em média. No caso da Embraer já estão havendo dispensas, e para os

sindicalistas a única explicação é o acordo com a Boeing: "Não existe nenhum motivo concreto para as demissões, a Embraer não baixou a produção dela, a Embraer não está em crise, até a multa de corrupção quem pagou foram os trabalhadores, com um PDV [Plano de Demissão Voluntária] que teve. (...) Temos escutado pelos corredores da empresa que a Boeing considera que a Embraer está com um excedente de funcionários", diz nota do sindicato.

Além da ameaça de reduzir a empresa brasileira, que é líder absoluta no segmento de jatos de médio porte, à reles fabricante de peças, há ainda o problema de que o acordo de compra mantém apenas as áreas de defesa e aviação executiva dentro do país: "a área de defesa da Embraer hoje só existe graças a área comercial, é só perguntar para qualquer especialista da aviação. Se nos últimos 49 anos não existisse a aviação comercial não existiria Defesa, não existiria Super Tucano, não existiria KC-390. Se não existiria nos últimos anos, como eu posso dizer que vai existir pra frente? Não vai existir. Para nós é óbvio que a Defesa vai morrer", explicou Herbert Claros.

Outro ponto que escancarou a arbitrariedade dessa venda é o preço: US\$ 3,8 bilhões. Herbert também salienta que a Embraer acaba de fechar acordo para venda de 300 aviões, que tem valor avaliado em US\$ 15 bilhões. Para ele, "os números falam por si só. A Embraer vai vender US\$ 15 bilhões em aviões, o que significa uma produção para três anos, e ao mesmo tempo é oferecida pra Boeing por US\$ 3,8 bilhões. Qualquer um que entende matemática básica sabe que tem alguma coisa errada".

Além de defenderem a Embraer brasileira, os metalúrgicos também iniciaram a Campanha Salarial deste ano, aprovando a pauta de reivindicações, com reajuste salarial de 16,97% e renovação da Convenção Coletiva. A pauta deverá ser encaminhada à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) nos próximos dias. Se a Embraer "acabou de anunciar a venda de 300 aeronaves, totalizando 15 bilhões de dólares, não há a desculpa para não atender às reivindicações dos metalúrgicos. O trabalhador tem sentido na pele a alta do custo de vida e, por isso, devemos batalhar pelo índice de 16,97%", conclui Herbert. ANA CLÁUDIA

Novo ministro do Trabalho de Temer tem 24 autuações por desrespeitar leis em MG

Após a presepada de Cristiane Brasil (PTB-RJ), o presidente Michel Temer voltou a indicar para o ministério do Trabalho alguém que claramente tem problemas em respeitar a legislação trabalhista. O novo ministro, Caio Luiz de Almeida Vieira, já recebeu 24 autuações por desrespeitar as leis.

Caio é ex-desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, e proprietário de uma fazenda em Conceição do Rio Verde, no sul de Minas Gerais. Nesta fazenda, onde cultivava café, foram identificadas, entre 2005 e 2009, funcionários sem registro em carteira e falhas de segurança e higiene do trabalho.

Uma dessas autuações diz respeito a dois trabalhadores que eram empregados sem registro e, portanto, sem acesso aos seus direitos como FGTS, INSS, férias remuneradas, etc. O atual ministro foi multado em R\$ 46 mil pela infração.

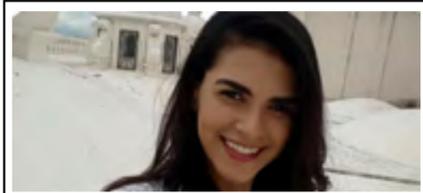
Dentre as falhas de segurança do trabalho foi identificado que não havia controle para o acesso ao armazém de agrotóxicos. "É grande a chance de conta-

minação, pois nem todo trabalhador é treinado para manusear o agrotóxico", disse Carlos Eduardo Chaves Silva, assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar).

Além disso, foram identificadas na fazenda do ministro outras infrações. A moradia dos empregados era desmoriadamente próxima da baía dos animais, não era fornecido equipamento de proteção e as instalações elétricas eram precárias.

Vale lembrar das últimas indicações de Temer para ocupar o ministério do Trabalho, Cristiane Brasil e Helton Yomura. Cristiane teve sua posse impedida pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, pois já foi condenada pela Justiça do Trabalho por ter empregado um motorista que trabalhava 15 horas diárias e sem carteira assinada. Helton chegou a tomar posse, mas foi afastado, também pelo STF, por subterfúgio com o esquema de corrupção do PTB e Solidariedade dentro do ministério.

PEDRO BIANCO



Raynéia Gabriella Lima estudava medicina Orteguistas assassinam a tiros estudante brasileira

O regime que traiu a Revolução Sandinista da Nicarágua, encabeçado por Daniel Ortega e sua esposa, Rosário Murilo, cometeu mais assassinatos na noite desta segunda (23), ceifando a vida de uma brasileira e três nicaraguenses. Ao todo, já são mais de 370 mortos e centenas de desaparecidos desde que iniciaram os protestos contra as medidas neoliberais do governo e da violência oficial e paramilitar.

A estudante de medicina da Universidade Americana (UAM), Raynéia Gabrielle Lima, de 31 anos, foi morta a tiros na capital, Manágua, quando paramilitares abriram fogo contra o seu veículo. “Seu companheiro [que vinha em outro carro logo atrás] disse que eram cerca das 11 da noite, que estavam passando próximos à Universidade Nacional Autónoma da Nicarágua (UNAN), quando metralharam o automóvel da estudante. Ele a levou imediatamente ao hospital, mas as balas haviam atingido seu coração, seu pâncreas e seu fígado. Não pôde resistir”, lamentou o reitor da UAM, Ernesto Medina. “Pelo que dizem da ferida, tem que haver sido uma arma de grosso calibre. Dizem que foi uma rajada, porém a causa da morte é uma. Me disseram que o carro tem vários disparos. Em seu corpo não sei se tem mais”, descreveu.

Pernambucana de Vitória de Santo Antão, a jovem, que completaria 32 anos em agosto e concluiria este ano o curso, era médica residente do hospital Carlos Roberto Huembes e se definia nas redes sociais como uma pessoa de paz. “Nascida no Brasil, renascida na Nicarágua. Liberdade, luz, paz e amor”, defendia.

Conforme o seu pai, Ridevando Lima, ela tinha se mudado há seis anos para a Nicarágua junto com o marido, cuja família, brasileira, já havia morado no país, e era “muito tranquila, caseira e estudiosa”. Apesar de não participar dos protestos, explicou uma amiga universitária, Raynéia “esteve nos hospitais apoiando os feridos [nos protestos] como médica, assim como muitos de seus companheiros da universidade”. “Era uma menina muito alegre, sempre sorridente e disposta a ajudar”, disse.

Segundo a Coordenadora Democrática, que reúne estudantes universitários que repudiam os atropelos do governo, a brasileira foi assassinada por paramilitares que tomaram o campus da UNAN. A mesma universidade já havia sido banhada em sangue por policiais e paramilitares pró-Ortega no dia 13 de julho, quando mataram dois estudantes com tiros na cabeça. Uma equipe de jornalistas tentou entrar no campus na semana passada mas foi escuraçada por paramilitares, que atiraram para o alto.

As outras três mortes aconteceram na madrugada da última terça-feira em Jinotega, a 143 quilômetros de Manágua, onde policiais e paramilitares atacaram as barricadas do bairro Sandino, que mantém sua população mobilizada exigindo a renúncia do casal presidencial. De acordo com Alvaro Leiva, diretor da Associação Nicaraguense de Direitos Humanos, “além destas três mortes no bairro, pudemos ver que há 25 feridos e 15 detidos”. “Em 24 horas, de domingo para segunda, pudemos contabilizar em todo o país mais de 750 sequestros por parte dos paramilitares, numa clara violação dos direitos humanos”, sublinhou.

LEONARDO SEVERO

As celas de Stroessner e a luta dos camponeses de Curuguaty pela liberdade

GUILLERMINA KANONNIKOFF *

21 de julho de 2018. Estou de visita aos meus compatriotas, camponeses presos injustamente no caso Curuguaty. Hoje, com mais esperanças do que nunca, já que a promessa dos membros do Tribunal de Cassação é a de emitir a Resolução pela sua libertação na semana que se inicia.

Será? Recordo quando há 41 anos chegava o “canil” (uma Kombi com duas celas dentro), estacionava no meio do pátio da penitenciária de Emboscada e o chofer da polícia do judiciário, Chamorro (logo comandante da Polícia), gritava meu nome e o de minha irmã. Não acreditamos. O normal era que a libertação acontecesse no dia seguinte. Tantas vezes nos mentiram que já nem dávamos bola... Teve que chegar com a ordem até a porta da nossa cela, a de número 22. Minha irmã estava preparando algo numa panela e andava pelo corredor, entre as celas e o pátio, me buscando...

Manuelito [o filho de Guillermina nascido na prisão, a mesma em que foi assassinado na tortura seu companheiro] e eu estávamos nas proximidades brincando com outras crianças da penitenciária. Minha irmã, com sua panela na mão, me disse: vieram nos buscar... O oficial Chamorro lhe disse “Você também senhora, arrume suas coisas”. Ali com mais suspeitas que certezas... Mais ainda, naquele momento, arrumamos o que pudemos em meio a prantos e despedidas. Então, subimos os três no “canil”.

Primeiro nos levaram ao setor de investigações, onde o comissário Canteiro, chefe de polícia, nos deu uma série de “recomendações” e nos comunicava que saíamos, mas em



prisão domiciliar. Ou seja, presas em nossas casas. Dali nos enviaram para o Comando da Polícia. Eram 21 horas, caminhamos os três até a rua Independência Nacional, nos sentamos na beira da calçada para acomodar nossas coisas e decidir o que fazer.

Pegamos um táxi e chegamos ao portão da casa onde viviam os nossos pais. Tocamos a campainha. Nossa irmã menor nos recebeu e quase morreu de infarto. Pedimos que não fizesse escândalo porque queríamos surpreender os nossos pais. Era o dia 9 de novembro de 1977. Papai dormindo na sua rede. Eu me aproximei por trás e lhe digo: “Oi papai”. O pobre caiu da rede de surpresa. Mamãe, que já estava descansando no quarto, vem gritando: “o que está se passando, o que passa?”. E vê as suas filhas e o neto primogênito de um ano e quatro meses na casa. Choro, alegria e contos consumiram o resto deste memorável dia.

Isso estamos por viver de novo ao lado dos camponeses de Curuguaty. Quando os poderemos abraçar em liberdade.

* Presa política paraguáia da ditadura pró-estadunidense de Alfredo Stroessner (1954-1989), membro da coordenação da Campanha de Solidariedade aos Presos Políticos de Curuguaty

Maestro Barenboim: “lei de Israel é apartheid evidente”



“Podem judeus perseguidos tornarem-se hoje opressores cruéis?”

Assad: “A Síria está vencendo os terroristas financiados pelos EUA”

Continuação da página 8

Um dos principais atores (do conflito na Síria) são os Estados Unidos, e Trump teve sua reunião em Cingapura com Kim [Jong-Un]. Recentemente, o Irã disse que eles nunca encontrarão Trump, porque Kim não é muçulmano [Tal conversa sectária do Irã é impossível e absurda] e ele não entende o que está acontecendo, eles nunca vão falar com Trump. O senhor estaria pronto, se precisasse encontrar Trump direta ou indiretamente? O senhor pensa ser necessário conversar com Trump?

Presidente Assad - Nós achamos que discutir ou negociar com seu oponente, e claro com qualquer um, é produtivo, mas neste caso, desde que tivemos a primeira negociação com os Estados Unidos, em 1974, nunca conseguimos o que quer que seja. O problema com os presidentes dos EUA é que eles são reféns de seus lobbies, dos grandes meios de comunicação, das grandes corporações, das finanças, do petróleo, dos armamentos e assim por diante. Então, eles podem dizer qualquer coisa que você queira ouvir, mas eles farão o oposto; este é atualmente o caso, e isso fica cada vez pior, e Trump é um exemplo muito marcante. Então falar e discutir hoje com os americanos sem motivo, sem conseguir nada, seria uma perda de tempo. Nós não estamos contentes em falar com os Estados Unidos simplesmente porque são os Estados Unidos. Estamos prontos para discutir com qualquer um que possa ser produtivo, e não acreditamos que a política dos EUA será diferente no futuro previsível. Então, uma vez mais, isso hoje seria apenas uma perda de tempo.

Cada vez que penso na Síria, lembro-me de que o senhor é um médico de carreira, que viveu muito tempo em Londres, que foi integrado nessa sociedade e que essa sociedade agora o considera um símbolo do mal sobre a terra, e todo mundo diz - nos jornais, os políticos - que o senhor envenena pessoas com armas químicas, que inflige todas essas coisas horríveis em seus próprios cidadãos. Como o senhor se sente a esse respeito? Isso exerce uma pressão emocional no senhor e em sua família? Como explica a eles o que está acontecendo?

Presidente Assad - De fato, no plano emocional, nós vivemos há sete anos com o desastre na Síria. Então, quando você tem um desastre maior, você não sente a pressão menor, você nem sente isso. Quero dizer que cada gota de sangue de um único sírio que foi cotidianamente derramada irá suscitar muito mais emoção do que uma história falsa. Eis o primeiro ponto. Em segundo lugar, quando você sabe que

eles estão mentindo, você não sente nada de emocional. Você poderia sentir algo se houvesse críticas baseadas em fatos e em histórias convincentes. E aí que você pode sentir, digamos, a dor ou pressão emocional.

O problema com o Ocidente é que eles não têm mais estadistas. O substituto para estadistas e verdadeira política é política falsa, e política falsa precisa de histórias falsas, e as histórias químicas são parte dessas histórias falsas. Na verdade, a política ocidental... Eu não falo das pessoas, somente dos políticos: eles não têm nenhuma moral, não têm qualquer valor. Então, quando você enfrenta pessoas sem valores, sem moral, elas não influenciam seu coração, seu cérebro ou seu espírito.

Cada vez que vamos a Ghouta ocidental nós vemos sinais deixados pelo Daesh ou pelo Al-Nusra: “Nós voltaremos”. Para nós [russos], é assustador porque nós gastamos muito dinheiro, nós perdemos muitas vidas apoiando a Síria na luta contra o “califado”. Portanto, para nós, é assustador que um dia esse terrorismo possa voltar. Qual a sua estimativa?

Presidente Assad - Primeiramente, é uma ideologia. É uma ideologia sombria que tem sido promovida nos últimos 50 anos, quase cinco décadas - pois ela começou nos anos 1960, e não apenas nos anos 90 ou depois - no mundo inteiro pelos sauditas wahabitas e, claro, com apoio dos EUA e do Ocidente em geral. Então, não é algo espontâneo. Eles vão voltar, é claro, pois serão usados mais e mais vezes pelas potências ocidentais, provavelmente sob diferentes marcas. Essas forças estiveram no Afeganistão 30 anos atrás e Reagan os chamava de “guerrilheiros sagrados” (mujahidins), ele não os chamava de terroristas. Agora eles são chamados de terroristas, mas eles, ainda assim, usam esses terroristas. Talvez em dez anos eles sejam utilizados em algum lugar no mundo sob uma marca diferente; o mesmo produto, mas com uma nova marca. E, portanto, uma ferramenta ocidental. E por isso que é correto fazer perguntas sobre esse sentimento de perigo. É a primeira questão.

Em segundo lugar, você tem razão de ter essa preocupação, mesmo na Rússia, mas não porque vocês perderam vidas na Síria. Mas porque vocês têm o mesmo terrorismo na Rússia. Como eu vejo as coisas? Se esses terroristas tivessem sido vitoriosos na Rússia, eu estaria em perigo; eles viriam para a Síria e outros países, e vice-versa. Logo, defendendo os sírios, vocês defenderam os russos. Vocês pagaram um preço na Síria para defender os sírios, mas vocês estão defendendo também os russos, pois o terrorismo não tem fronteiras políticas, para eles, é o mesmo campo de batalha da Rússia até

a Síria, talvez até a Indonésia, e talvez até o Marrocos e o Oceano Atlântico.

Como vocês poderão acabar com a ocupação no norte da Síria com esse acordo entre os EUA e a Turquia? Manbij está em solo sírio?

Presidente Assad - Nós adotamos dois caminhos: o primeiro e principal é a reconciliação; essa foi vitoriosa. E através da reconciliação que nós conseguimos trazer à normalidade (muitas) zonas, onde as pessoas levam uma vida normal e onde o governo controla a vida das pessoas através das instituições. A outra maneira é a de atacar os terroristas sempre que eles não abandonam (o combate) e recusam a reconciliação. Nós vamos atacá-los e assumir o controle pela força, o que não é o nosso caminho preferido, mas é o único meio de recuperar o controle do país.

Mas eles fragmentaram o território, dividiram entre eles, eu digo os EUA e a Turquia, eles consideram como território que controlam o...

Presidente Assad - Não acredite nisso. Os EUA controlam tudo, eles controlam a Turquia, são os EUA que enviaram a Turquia, e há cinco anos, foram os EUA que deixaram a Turquia quando Erdogan quis invadir a Síria, eles disseram não. Por quê? Porque na época os terroristas estavam ganhando terreno, eles estavam agredindo, então, que necessidade os EUA teriam de Erdogan? Quando os terroristas começaram a bater em retirada, eles disseram a Erdogan que ele podia agora interferir, porque estava melhor para os sírios, para os russos, para os iranianos e para os grupos que combatem o terrorismo (o Hezbollah, etc.). Então é melhor você intervir para complicar a tarefa deles. Foi o que se passou, mas todas essas áreas estão sob controle dos EUA e de mais ninguém.

É por isso que eles estão exercendo tanta pressão sobre o Irã? E isso que o senhor quer dizer?

Presidente Assad - Exatamente. Por diferentes razões, mas no final das contas, os EUA controlam o leste do Daesh, apoiam a noroeste o al-Nusra, em Idib, e ao sul o al-Nusra, Daesh e outras facções, mas eles atribuem papéis diferentes aos diferentes países. As vezes pedem aos turcos (para intervir), às vezes pedem aos sauditas, às vezes ao Catar e assim por diante, mas todos esses países, inclusive os franceses e os britânicos, são todos fantoches e satélites americanos, para ser muito simples e claro.

Muito obrigado.
Presidente Assad: Obrigado
Tradução: Maria Pimentel

Investigado por suborno e fraude, Uribe renuncia ao Senado

O ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, renunciou ao cargo de senador depois que a Suprema Corte do país deu início, a investigações sobre seu envolvimento em suborno e fraude.

A Suprema Corte afirmou, na segunda, que as provas são suficientes, o que conduziu “à abertura de uma investigação formal”. Uribe assumiu o posto de senador dia 20, para um novo mandato. O senador Alvaro

Hernán, filiado ao Centro Democrático, partido de Uribe, também está envolvido.

Uribe declarou que a carta de renúncia é “para que a minha defesa não interfira nas tarefas do Senado”. A investigação contra o ex-presidente está ligada a um processo movido pelo próprio Uribe, em 2012, contra o senador Iván Cepeda. Uribe o acusou de uso fraudulento de provas, ao tentar escapar das acusações que o

envolvem com ex-paramilitares em atividades ilegais em fazenda de familiares em Antioquia.

Em resposta ao processo movido por Uribe, a Suprema Corte não só rejeitou a abertura do inquérito contra Cepeda, como, em fevereiro, pediu investigação contra o ex-presidente sob a acusação de que o ex-presidente colombiano esteve incorrido suborno e fraude processual para ocultar evidências de seus crimes.

O consagrado maestro judeu argentino, Daniel Barenboim, denuncia que a “Lei Básica”, aprovada pelo Knesset, parlamento israelense “substitui o princípio da igualdade e dos valores universais pelo racismo”

“Agora temos uma lei que confirma a condição da população árabe de Israel como cidadãos de segunda classe. Hoje me envergonho de ser israelense.”

Assim se expressou o famoso músico, pianista e maestro Daniel Barenboim, judeu nascido na Argentina mas com cidadania israelense e palestina ao saber da aprovação pelo parlamento israelense da lei que determina que o Estado de Israel é um Estado judeu.

Profundamente entristecido, mas um pouco revoltado, Daniel Barenboim lamentou o fato afirmando que em 2004 havia pronunciado um discurso para os deputados no parlamento do país falando sobre a esperança que teve com a Declaração de Independência do Estado de Israel “por ela assumir o compromisso de consagrar o desenvolvimento desse país em benefício de todos os seus povos com base nos princípios de liberdade, justiça e paz. E que guiada pelos profetas reconhecia a plena igualdade de direitos sociais e políticos a todos os seus cidadãos independente de religião, raça ou sexo com garantia de liberdade religiosa, de consciência, idioma, educação e cultura. Os pais fundadores do Estado viam na igualdade a pedra angular da sociedade que estavam construindo. E assumiram o compromisso - tanto eles quanto nós - de procurar a paz e as boas relações com todos os países e povos vizinhos.”

“E com profundo pesar que vejo que 14 anos depois tenho que repetir exatamente as mesmas perguntas que fiz quando me dirigi ao Knesset: Podemos não ver a distância intolerável que separa a Declaração de Independência prometida dos fatos, a distância entre

a ideia e a realidade do que hoje é Israel? “70 anos depois da Declaração de Independência o governo de Israel acaba de aprovar uma lei que substitui o princípio da igualdade e dos valores universais pelo nacionalismo xenófobo e pelo racismo. A Declaração de Independência não inclui a situação de ocupação e domínio sobre outro povo. Tem sentido a própria independência ao custo dos direitos fundamentais do outro? Pode o Estado de Israel permitir-se o sonho ingênuo de um final ideológico para o conflito em vez de buscar uma resolução pragmática e humanitária baseada na justiça social?”

“Quatorze anos depois continuo acreditando que, apesar de todas as dificuldades objetivas e subjetivas, o futuro de Israel e sua posição na família dos países ilustrados dependerá de sua capacidade para cumprir a promessa dos pais fundadores tal como está consagrada na Declaração de Independência.

“Nada mudou desde 2004. Ao contrário agora temos uma lei que confirma a condição da população árabe [quase 20% da população do país] como cidadãos de segunda classe. Portanto, trata-se de forma muito evidente de apartheid. Não ceio que o povo judeu tenha vivido 20 séculos a maior parte deles sofrendo perseguições e suportando crueldades sem fim, para agora tornar-se o opressor que submete os demais às suas crueldades. Exatamente isso faz a nova lei. Por isso me envergonho de ser israelense.”, finaliza o artista do alto dos seus 76 anos dedicados à música, à amizade entre os povos e à paz em todo o mundo.

ROSANITA CAMPOS

Manifestação em Tel Aviv contra o apartheid

Presidente turco condena a “lei racista israelense”

“A lei israelense que determina que só os judeus têm direito de autodeterminação legítima a opressão e mostra que Israel é um país fascista e racista onde o espírito de Adolf Hitler ressurgiu.”

Com essa afirmação feita nesta terça-feira (24) o Presidente da Turquia, Tayyip Erdogan, condenou Israel por adotar a lei que consagra o Estado israelense unicamente aos judeus privando a população árabe da igualdade de direitos.

Os árabes já ocupavam o território que é hoje Israel muito antes do Estado se constituir enquanto tal em 1948, e constituiu, ainda, apesar dos conflitos, cerca de 20% da população do país.

O presidente turco, ao tomar conhecimento da aprovação da lei pelo governo de Israel que caracteriza o Estado de Israel como um Estado judeu excludente e que tanto revoltou os árabes do país, acusou Israel de formar “um Estado de apartheid” dirigindo-se a membros de seu partido em Ankara.

“A lei prova que Israel

é o país mais sionista, fascista e racista do mundo. A lei do Estado-nação judeu aprovada pelo parlamento israelense mostra a verdadeira intenção desse país. Ela legitima todas as ações ilegais e a opressão contra os árabes. Não existe diferença entre a obsessão de Hitler com a raça ariana e a mentalidade de Israel. O espírito de Hitler ressurgiu entre os governantes de Israel”, disse o presidente da Turquia e pediu à comunidade internacional que se mobilize contra Israel que se revelou ser um “Estado de Terror”, atacando palestinos desarmados com tanques e artilharia. A nova lei afogará a região e o mundo em sangue e sofrimento.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu não gostou do que disse o presidente turco e resmungou algo, mas não vale a pena repetir aqui as besteiras ditas por ele. O fato é que o mundo hoje deplora e se revolta contra Israel e seu governo sionista e fascista exigindo que ele tire as patas da palestina.

R.C.

Assange pode ser entregue a Londres pelo Equador, adverte Greenwald do site Intercept

O presidente equatoriano, Lenin Moreno, está na Inglaterra desde o dia 22 e pode acertar um acordo para entregar o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, asilado na embaixada do país em Londres, desde 2012, conforme afirmou o jornalista Glenn Greenwald, em matéria publicada pelo site The Intercept.

Para Greenwald, Moreno “viajou a Londres na sexta” com “objetivo real e oculto” de “reunir-se com autoridades inglesas para firmar um acordo sob o qual o Equador retirará sua proteção de asilo a Julian Assange”, e assim “expulsá-lo da embaixada equatoriana em Londres”, para depois “o fundador do WikiLeaks” ser entregue “às autoridades inglesas”. O motivo formal da visita está ligado ao evento “Aliança Internacional para a Deficiência de 2018”, onde Moreno deve discursar.

Citando uma fonte não identificada, próxima ao Ministério das Relações Exteriores do Equador e ao gabinete do presidente, Greenwald afirma que Moreno está “próximo da finalização” do acordo, isso se ele já “não o tiver finalizado”. Para ele, com base nesse acordo, a expulsão de Assange da embaixada do Equador pode ocorrer ainda essa semana.

Greenwald avalia que no melhor cenário, Assange permanecerá preso por mais um ano “apesar de nunca ter sido acusado, e muito menos condenado por qualquer crime”.

Em 2018, o asilo de Assange, na embaixada do Equador, em Londres, completou seis anos, sendo esta sua única saída para se defender da orquestração da justiça sueca, em conluio com a Inglaterra e Washington. Na ocasião, o governo Obama organizou um processo judicial secreto contra Assange.

Embora as autoridades suecas tenham recuado, Londres manteve a perseguição contra Assange, alegando que este faltou a uma audiência no país. O governo inglês também recusou qualquer compromisso para não extraditá-lo aos EUA.

Conforme afirmou o documentarista australiano, John Pilger, em junho, o único crime de Assange foi expor como ninguém os crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão. “Em toda a minha vida, nenhum jornalismo investigativo pode se igualar à importância do que o WikiLeaks fez ao convocar o poder para prestar contas”.

De acordo a reportagem, o governo equatoriano não só trama o fim do asilo, como silenciou Assange respondendo à pressão dos EUA. “A grande questão, conforme salienta Greenwald, é se os EUA irão indicá-lo e buscar sua extradição”.



Park: condenação chega a 32 anos

Park Geun-hye, ex-presidente sul-coreana, é condenada a mais 8 anos de prisão por corrupção

A ex-presidente Park Geun-hye (66), condenada a 24 anos de prisão, em abril, por diversos crimes de corrupção, foi condenada a mais oito anos na sexta-feira (20). De acordo com a Justiça sul-coreana, ela se beneficiou ilegalmente dos fundos da agência de inteligência e também interferiu indevidamente nas eleições parlamentares de 2016.

Com a última condenação do Tribunal do Distrito Central de Seul, Park deve cumprir 32 anos de prisão. De acordo com as últimas acusações da Justiça, ela conspirou com seus então assessores para subtrair pelo menos 30 bilhões de won (cerca de R\$ 102,9 milhões) dos cofres públicos, dinheiro ligado ao Serviço Nacional de Inteligência. Além dos 8 anos de prisão, ela foi multada em 33 bilhões de won (R\$ 112,4 milhões).

Ela também foi considerada culpada por interferir nas eleições parlamentares de 2016, violando

suas obrigações presidenciais de permanecer neutra.

“O uso privado dos fundos por Park enfraqueceu os princípios de execução de fundos do governo e barrou a agência de espionagem do país de usar os fundos para seu dever fundamental de proteger o país e o povo”, afirmou o juiz Seong Chang-ho, enquanto apresentava o veredicto. “No entanto, a ré transferiu a culpa para seus assistentes e se recusou a comparecer ao tribunal”, acrescentou o juiz.

O escândalo de corrupção envolvendo o Park eclodiu em dezembro de 2016, quando a Justiça sul-coreana expôs a escandalosa rede de corrupção liderada por Park e sua conselheira religiosa, Choi Soon-sil, também conhecida como “Rasputina”, que juntas consolidaram um esquema de propinas e extorsão envolvendo diversas empresas e multinacionais, a exemplo da Samsung.

Trump deporta 463 imigrantes e mantém seus filhos sequestrados



Filhos de imigrantes são apartados dos pais e mantidos presos em gaiolas

Incêndio descontrolado mata 88 na Grécia

Dois dias após os incêndios descontrolados na região de Atenas, que mataram 88 pessoas e praticamente destruíram o balneário de Mati, a 40 km da capital, a Grécia vela seus mortos e busca respostas sobre o que sucedeu. O total de feridos e queimados supera os 200. Os desaparecidos podem chegar a uma centena. A guarda costeira está ajudando nas buscas. “Mati já não existe”, afirmou Evangelos Bourous, prefeito de Rafina, uma cidade próxima, onde mais de 700 pessoas precisaram sair às pressas. Mais de mil prédios e 300 carros foram carbonizados durante a tragédia ali. Para George Vokas, outro sobrevivente que fugiu com a família para junto do mar, trata-se de uma “catástrofe bíblica”.

“FILME DE TERROR”

“Era como se estivéssemos em um filme de terror”, disseram sobreviventes, como descrito pelo site Keep Talking Greece. “O fogo golpeou como um lançachamas”, afirmou Nikos Economopoulos, chefe da Cruz Vermelha na Grécia. Segundo ele, muitas vítimas inalaram grandes quantidades de fumaça e sofreram queimaduras.

Analistas denunciam que os cortes generalizados sob a Troika, que atingiram todos os setores da vida grega, também afligiram a capacidade de os bombeiros

realizarem sua função, além da falta de verbas para a prevenção nas áreas florestais.

Os ventos atingiram entre 100-120 quilômetros por hora e, conforme uma testemunha, as chamas eram levadas como “se estivessem pulando”, queimando lotes e casas, mas não todos os arredores.

A fiscal do Tribunal Supremo grego ordenou uma investigação judicial, diante dos indícios de resposta oficial inadequada ou completa falta de um plano atualizado de evacuação, assim como inação diante das construções ilegais.

Os sobreviventes denunciaram que não houve qualquer aviso ou orientação sobre a evacuação. Um bombeiro, ouvido pelo El País, relatou que o tráfico havia sido “desviado até o mar quando o fogo se dirigia precisamente para lá desde a montanha”, com rajadas de vento de alta velocidade. Assim os carros se viram em um beco sem saída, com vítimas “morrendo encerradas dentro dos veículos”.

Ao Keep Talking, uma testemunha disse que “como em tempos anteriores, estávamos esperando por bombeiros e aeronave para controlar o fogo, mas desta vez foi diferente”. Outros sobreviventes afirmam que não houve qualquer orientação das autoridades,

em das bases militares que há na região: “ninguém nos avisou de nada”.

Conforme o porta-voz do governo grego, Dimitriz Tzanakpoulos, “mais de 15 incêndios começaram de forma simultânea em três frentes perto de Atenas e Mati”, o que levantou a indagação se não se repetiu o caso do Peloponeso de onze anos atrás, provocado criminalmente, e levou cinco pessoas à prisão condenadas a dez anos.

Boa parte dos desaparecidos, segundo os bombeiros, são pessoas idosas, que pereceram dentro de suas casas. “Buscamos com muito cuidado e não podemos usar as mangueiras porque a pressão da água diluiria qualquer resto humano carbonizado”.

Uma família sobreviveu porque se trançou em casa, com todas as janelas fechadas. “Se tivéssemos saído, teríamos queimado em alta temperatura”, disse o pai. Mas perderam um vizinho e amigo. Uma adolescente e sua família abandonaram às pressas o prédio em que moravam e ficaram nas águas por duas horas, até serem resgatados. Outra mulher disse que o céu ficou amarelo entre as 17:30 e as 18:00. “Nós não conseguimos respirar. Nem mesmo quando estávamos no mar, não conseguimos respirar”. Um pai ficou segurando seu bebê no mar por cinco horas.

“Venham me pegar”, bravateia Macron após ser flagrado com o espancador do 1º de Maio, Banella

Com a evidente intenção de intimidar a oposição e a opinião pública que exigem que explique porque acobertou por dois meses um espancador de manifestantes que contratou como seu vice-chefe de gabinete, o presidente Emmanuel Macron apelou para a bravata: “venham me pegar”, em discurso em círculo íntimo, que logo vazou, e que foi prontamente repudiado no país inteiro.

O espancamento de um manifestante caído e o ataque a uma mulher no 1º de Maio, pelo seu guarda-costas Alexandre Benalla, indevidamente usando capacete, braçadeira e rádio da tropa de choque, mostrados em vídeo pelo jornal Le Monde,

desencadeou uma tempestade política que põe em risco o assalto de Macron aos direitos sociais, às aposentadorias, à educação e às estatais, num momento em que o ‘presidente dos ricos’ achava que a resistência popular poderia perder fôlego.

No parlamento, seu ministro do Interior e principais assessores estão sob fogo cerrado, e mentindo de todo jeito que podem, para ocultarem como Macron soube do espancamento no dia seguinte e deixou Benalla livre, leve e solto até o escândalo estourar. Entre outras regalias, Benalla tinha um apartamento gratuito em área nobre e carro com motorista. O guarda-

costas caiu nas graças de Macron por sua atuação na campanha presidencial, em que cuidou de sua segurança.

No fala que eu te escuto com os correligionários, Macron começou esclarecendo, não se sabe muito bem porque: “Alexandre Benalla nunca teve os códigos nucleares. Alexandre Benalla nunca viveu em um apartamento de 300 metros quadrados... Alexandre Benalla nunca ganhou € 10.000”. E concluiu sob aplausos do cordão de puxa-sacos, “Alexandre Benalla nunca foi meu amante”, tendo acrescentado depois que “se sentiu traído” pelo desastroso e violento ex-segurança.

China anuncia medidas de estímulo à economia

A China anunciou um pacote de medidas de estímulo ao crescimento econômico voltado a reduzir os possíveis impactos da guerra comercial perpetrada pelos EUA contra a economia do país. O anúncio das medidas foi divulgado pelo governo na terça-feira (24).

O programa contempla a maior utilização da política fiscal, visando o incremento dos investimentos públicos e o governo estimulará projetos de infraestrutura executados pelas administrações locais,

totalizando 1,35 trilhão de iuanes (US\$ 199,5 bilhões). Quanto ao crédito, o pacote de estímulo destinará 140 bilhões de iuanes (US\$ 20,6 bilhões) a 150 mil pequenas empresas.

Na última semana, a China anunciou crescimento de 6,8% para o primeiro semestre de 2018, resultado obtido com base nos investimentos públicos em ativos fixos aliado à ampliação do mercado interno. Nesse período, o montante do PIB alcançou a cifra de US\$ 6,27 trilhões, conforme dados

disponibilizados pelo Birô Nacional de Estatísticas da China.

O crescimento chinês pode ser explicado pela elevada taxa de investimento (formação bruta de capital fixo – FBCF), que atualmente equivale a maior do mundo. Conforme os últimos dados disponibilizados pelo Banco Mundial, em 2016 o investimento chinês representou 42,85% do PIB, cerca de US\$ 4,7 trilhões. Já a taxa de investimento dos EUA, para efeito de comparação, equivale a 20% do PIB, totalizando US\$ 3,6 trilhões.

A ACLU denuncia que muitos pais foram pressionados a concordar com a deportação sem entender seus direitos. Antes o governo dizia que o total de pais deportados era de 12

De acordo com informação prestada ao juiz federal Dana Sabraw pelo Departamento de Justiça, ao menos 463 pais imigrantes foram deportados sem os filhos, tirados deles à força pela chamada política de “tolerância zero” do governo Trump, o que na prática não passa de sequestro oficializado.

Nesta quinta-feira (26) encerra-se o prazo dado pelo juiz para que o governo reúna às famílias todas as crianças que foram separadas, entre 2 mil e 3 mil crianças, e já se sabe que não será cumprido integralmente. Anteriormente, o governo havia admitido um número bem menor de pais expulsos dos EUA sem seus filhos: apenas 12.

Na realidade, o governo Trump sequer tem certeza de que sejam mesmo 463, com os advogados do regime dizendo que ainda estão “revisando os casos individualmente”. Esses 463 fazem parte de um grupo maior de 917 pais que o governo considerou “inelegíveis” ou “ainda não reconhecido como elegíveis” para se reunir com os filhos de que foram apartados, sob pretextos como antecedentes criminais, doenças transmissíveis ou outras questões, de acordo com o USA Today.

Na sexta-feira passada, uma das crianças vítimas da xenofobia de Trump cujo caso chamou mais a atenção, um bebê hondurenho que foi de mamadeira e tudo a um tribunal para ter oficializada sua deportação, se reuniu afinal com os pais, Adalicia e Rolando, em San Pedro de Sula. Eles não puderam partilhar com a criança, Johan, seu primeiro aniversário de vida ou seus primeiros passos porque estava em um cativeiro a que pomposamente Trump chama de abrigo. Rolando foi deportado sem o filho. “Eles foram muito cruéis”, denunciou.

Desde que o juiz Sabraw ordenou a suspensão da política de separar as famílias capturadas na fronteira, o governo Trump reuniu somente 1021 crianças com seus pais. Para o governo, apenas 1637 de 2551 crianças separadas são “elegíveis” – segundo seus próprios e discutíveis critérios – para a reunião com a família.

Cerca de 900 pais tiveram ordens de deportação na segunda-feira, e a União Americana das Liberdades Cívicas (ACLU, na sigla em inglês), o que a entidade está tentando barrar judicialmente, até que eles se reúnam com seus filhos.

Pelos ‘critérios’ em vigor, se os pais não estiverem nos EUA na hora determinada para a reunificação, podem ser considerados “não ser elegíveis”.

A ACLU e entidades de defesa dos imigrantes afirmaram que muitos dos pais que foram deportados foram pressionados a concordar com a deportação, sem entender seus direitos. “Se este número [de pais já deportados] acaba por ser tão grande como o relatório sugere, este vai ser um grande problema para nós”, afirmou o advogado da ACLU, Stephen Kang. “Estamos preocupados com a desinformação dada a esses pais sobre seus direitos de combater a deportação sem seus filhos”.

Aúdio de uma audiência em que uma mãe teve seu pedido de asilo recusado, que a CNN divulgou, permite revelar todo o desespero experimentado pelos pais separados arbitrariamente dos seus filhos. “Por favor, não me retire deste país”, implorou em espanhol uma mãe fugindo da violência e da miséria em seu país natal.

SEPARAÇÃO

“Faça isso por mim ou pelo meu filho. Eu não tenho mais nada. Eu não tenho mais ninguém. Eu sou uma mãe solteira”. Ela tentou explicar ao juiz que estava perturbada na primeira entrevista e não conseguia entender as perguntas feitas. “Eu estava me sentindo muito desesperada porque estava separada do meu filho, que ficou na jaula do ICE [imigração], no chão, e eu não sabia nada sobre ele naquela época”.

É provável que muitos dos pais deportados tivessem assinado formulários sem perceber que estavam concordando com a própria deportação, ou sem entender que seriam obrigados a deixar seus filhos para trás, denunciaram advogados de imigrantes ao New York Times. 130 pais deportados assinaram deportação deixando os filhos, segundo a imigração ianque. “Nossos advogados voluntários que trabalham com pais separados detidos estão vendo muitas pessoas que assinaram formulários que não entendiam”, disse um advogado de imigração de El Paso, Texas.

“Eles pensaram que a única maneira de ver o filho novamente era concordar com a deportação”, acrescentou. Enquanto isso, o número de crianças detidas no Texas aumentou, desde o final de junho, de 4.0919 para 5.024, o que inclui crianças desacompanhadas.

ANTONIO PIMENTA

Protesto de ativista sueca impede decolagem e deportação de afegão

Uma ativista sueca, Elin Ersson, se valeu da regra da aviação civil de que o avião só pode decolar quando todos os passageiros estiverem sentados e afivelado seus cintos de segurança, para impedir a deportação de um cidadão afegão de 52 anos. Ela se recusou a sentar, ou deixar a aeronave, e transmitiu o protesto pelas redes sociais, que até quarta-feira (25) já tinha tido cinco milhões de visualizações. Após 14 minutos, as autoridades admitiram atender à jovem, que é estudante da Universidade de Gotemburgo.

“Eu não vou sentar até que esta pessoa esteja fora do avião”, disse Ersson, durante sua transmissão ao vivo. Se este homem for deportado, acrescentou, “ele será morto” na guerra em curso. “O que é mais importante, uma vida ou seu tempo?”, a estudante questionou os surpresos passageiros. “Eu quero tirá-lo do avião porque ele não estará seguro no Afeganistão”, assinalou. “Não está certo mandar pessoas para o inferno”. Ela acrescentou que estava “tentando mudar as regras do meu país, pois não gosto delas”.

Afinal, por ordem do piloto, o afegão e o oficial de imigração que o acompanhava deixaram o avião. Ersson foi retirada pouco depois. Inicialmente, alguns passageiros haviam se oposto ao seu gesto e um passageiro até tentou tirar seu celular, mas depois mais passageiros se juntaram à estudante. O voo, que partia

de Gotemburgo, se dirigia a Istambul, de onde o afegão seria posto em outro avião com destino ao Afeganistão.

O afegão de 52 anos foi salvo por pura sorte, já que o objetivo do protesto era impedir a deportação de um jovem afegão, cuja expulsão chegou ao conhecimento de um grupo de ativistas de que Ersson faz parte. Eles fizeram uma vaquinha para comprar uma passagem e a escolhida para a ação foi a estudante. Já dentro do avião, ela não localizou o jovem afegão, mas ao se deparar com outro, mais velho, sob vigilância de um oficial de imigração, decidiu manter o protesto. No vídeo, ela disse que o homem provavelmente corria risco de vida no Afeganistão.

Apesar do Afeganistão estar sob ocupação de tropas estrangeiras desde 2001, quando W. Bush invadiu o país, vários países europeus cnicamente passaram a considerá-lo “seguro”, para mais facilmente negarem asilo a refugiados. Em 2015, mais de 160 mil pessoas chegaram à Suécia e solicitaram refúgio, a maior parte oriunda do Afeganistão. O status de refugiado só foi concedido a 28%.

As autoridades suecas anunciaram que voltarão a executar a ordem de deportação do afegão, que está sob custódia policial, mas sem data marcada. Após o episódio, Ersson disse que tinha esperança de que “as pessoas comessem a questionar como seus países tratam os refugiados”.

Assad: “A Síria está vencendo os terroristas financiados pelos EUA”

Em entrevista à rede NTV, da Rússia, presidente sírio Bachar al-Assad destaca “vitória contra os mercenários, os terroristas e os soldados de países financiados pelos Estados Unidos” e denuncia que as poucas áreas ainda sob o controle externo “refletem sua incubadora”

Senhor presidente, o *Dash* (Estado Islâmico) está quase derrotado, a capital Damasco já está quase totalmente em segurança e sob controle das forças governamentais e, até esse momento, o senhor ainda mantém operações militares no sul e no leste. Como presidente, o senhor pode dizer o que aconteceu para que ninguém tenha sabido identificar os primeiros sintomas dessa guerra, do que o senhor chama de invasão? O que houve?

Presidente Assad - É preciso distinguir os sintomas internos e os externos. Quanto aos internos, a Síria tem problemas, como todas as sociedades em nossa região, somos parte dessa região e discutimos sempre esses problemas. Talvez não tenhamos feito o necessário para resolver o problema que talvez pudéssemos ter resolvido antes da guerra, talvez não. É uma questão subjetiva, cada sírio tem seu ponto de vista. Mas o fator externo é muito importante na gênese dessa guerra. Cada país da região vive a própria guerra, todas similares, por mais que tenhamos sociedades semelhantes e haja problemas mais graves noutros locais, como, por exemplo, nos países do Golfo, onde não há liberdade nem para as mulheres nem para o povo, para ninguém.

Digo isso porque, se a ausência de liberdade fosse a causa dessa guerra, para começar por aí, e porque era o slogan mais repetido no início, por que, pergunto, a guerra não começou naqueles países? Assim se vê que o que aconteceu não foi movido por causas internas, porque os mesmos problemas existem há décadas, alguns deles, há séculos. É onde se tem de considerar o fator externo. Isso talvez explique porque não identificamos imediatamente o que estava para acontecer: porque a guerra feita contra nós não foi obra de sírios. Foi obra de outros países ocidentais, principalmente EUA, França e Reino Unido. Outros estados satélites, como Turquia, Arábia Saudita e Qatar planejaram e mandaram dinheiro, sim, desde o início, depois que o primeiro projeto deles fracassou. Quero dizer, depois que não conseguiram gerar um levante local, supostamente espontâneo. Porque foi aí que começaram a mandar dinheiro e começaram o problema. Isso, sim, compreendemos bem depressa, mas talvez, naquele momento, já fosse impossível controlar tudo.

Não entendo, por que não viram antes? Por exemplo, quando eu mesmo cheguei a Ghouta oriental, meses atrás, vi que há túneis escavados por todos os lados, construídos por engenheiros, por máquinas enormes, por escavadeiras... Como tudo aquilo pode ter sido feito sem que o governo sírio soubesse? O senhor tem alguma explicação de como foi possível que os invasores construíssem ali verdadeiras cidades subterrâneas?

Presidente Assad - Aconteceu que eles usaram equipamento que já estava lá, que foi roubado do governo, das empresas, e, além disso, receberam reforços da Jordânia, através do deserto, diretamente para Ghouta, onde o deserto não é habitado, ninguém controla

coisa alguma e não tínhamos satélites. Além disso, eles começaram a escavar por baixo das vilas. Pode-se dizer que, à sua maneira, foi guerra de alta tecnologia.

Quando estive em Ghouta oriental, encontrei muitas pessoas que podiam testemunhar e provar na própria pele que al-Nusra utilizava armas químicas contra áreas residenciais da cidade. Encontrei os mais diferentes tipos de proteções químicas nas casas e nas peças onde operavam os quartéis-generais da Frente Nusra, etc. Mas o ocidente insiste que o senhor teria envenenado o seu próprio povo com armas químicas. Por que ninguém ouve o povo sírio e por que o ocidente insiste nisso?

Presidente Assad - Porque a fábula do governo que atacaria o próprio povo com armas químicas é parte indispensável da narrativa deles contra o governo sírio. Mas é narrativa que serve bem, agora que os soldados, os 'agentes locais', os terroristas deles já foram derrotados em várias áreas da Síria. O Ocidente precisa repetir essa fábula, para ter um pretexto para intervir diretamente, militarmente, e atacar o Exército Árabe Sírio. Já aconteceu exatamente assim várias vezes, a história é sempre a mesma e precisam, sobretudo agora, que os 'agentes locais', os mercenários, os terroristas e os soldados daqueles países ocidentais estão sendo derrotados. A verdade é o contrário dessa fábula, até no plano lógico, porque a realidade conhecida é que não temos armas químicas, foram destruídas.

Não têm mesmo?
Presidente Assad - Não, não temos. Desde 2013, e o mundo sabe disso. Mas o fato de termos ou não as armas químicas não é importante, nesse caso. Porque mesmo se tivéssemos as tais armas e quiséssemos usá-las, as usaríamos antes, quando estávamos sendo derrotados, não agora, quando já praticamente vencemos a guerra. O fato é que, cada batalha que vencemos, cada palmo de terreno que recuperamos, recomença a história dos ataques químicos e recomença as acusações. Não passam de pretexto para tentar manter e 'justificar' a presença dos terroristas em território sírio.

Haverá algum meio de impedir essas provocações? Porque o ministério da Defesa da Rússia diz que está sendo preparado mais um desses ataques químicos de provocação, dessa vez em Deir Ezzor. E essa notícia é recente. É impossível impedir que aconteça? Pôr fim a essas provocações?

Presidente Assad - É quase impossível, porque não é desenvolvimento da realidade; é resultado da imaginação deles, dos veículos de mídia. É algo que é construído dentro dos jornais e televisões deles. Ninguém que esteja na plateia consegue alterar qualquer desenvolvimento de uma peça de teatro. É o que temos aqui. Toda a narrativa das armas químicas foi criada no palco, não no mundo real, e rapidamente foi distribuída pelo planeta, pela internet e pelos veículos das grandes redes de noticiário, como se fossem fatos do mundo real. Não há absolutamente



O presidente sírio Bachar al-Assad

meio para impedir essas provocações. Os norte-americanos só mentem, mentem sem descanso. Na sequência, atacam a Síria. Quando não se respeita a lei internacional, quando as instituições da ONU perderam a eficácia, já não faz sentido falar de impedir provocações, porque hoje vivemos em plena selva, sem lei. E não só aqui. Em vários pontos do mundo.

O seu governo está vencendo a guerra, já retomou o controle em quase todo o país, mas são tantos os atores na Síria, tantos partidos, cada um com interesses próprios. Os EUA negociam com a Turquia a respeito de Manbij, Israel negocia, em todos os cantos iranianos negociam, os curdos têm interesses específicos. Como resolver tudo isso? Como manter unida a Síria? Porque hoje parece que a Síria está esfacelada. Como pôr fim a isso? Porque o senhor disse que seu lema é "Uma Síria unida, por uma nação unida".

Presidente Assad - Se o senhor quer dizer que a Síria estaria esfacelada, vale, digamos, para a geografia, não para a sociedade. A sociedade mantém-se unificada, quero dizer, a sociedade síria não está dividida. E, se a sociedade está unificada, o povo também está. Quanto à geografia, estamos sob ocupação. Algumas partes da geografia síria ainda estão ocupadas por terroristas mantidos pelo Ocidente, principalmente pelos EUA e seus aliados. Assim sendo, se queremos falar do futuro da Síria, não consideramos que sejam parte da equação. Se queremos falar do processo político, será exclusivamente sírio. Não consideramos interesse de país algum, relacionado a uma questão absolutamente interna, dos sírios. Se o senhor fala da guerra, a guerra na Síria é guerra internacional – e isso desde o início, a guerra na Síria começou internacional.

De fato, não se tratava apenas do governo sírio; o governo sírio é independente, temos boas relações com a Rússia, com a China e outros países. Mas os EUA planejavam redesenhar politicamente o mapa do mundo, talvez também militarmente. E a Síria era um dos principais campos de batalha para conseguir redesenhar o mapa, pelo menos para conseguir redesenhar o mapa do Oriente Médio.

Por isso, quando o senhor fala desses interesses, trata-se de um combate entre potências: o objetivo do poder principal, os EUA, e seus aliados, que apoiam terroristas, é ser hegemônico na relação com a outra potência, a Rússia, e seus aliados, cujo objetivo é combater

portanto, a primeira expectativa e o primeiro objetivo.

A segunda expectativa é a longo prazo. A Rússia é muito importante para o equilíbrio do mundo, que perdemos desde o colapso da União Soviética. Assim, ter a presença militar e política da Rússia na Síria, no Oriente Médio e no resto do mundo é muito importante para este equilíbrio. Isso não é importante apenas para a própria Rússia e para as outras grandes potências, é muito importante que países menores, como a Síria, tenham este equilíbrio. Então, isso é o que esperamos da Rússia em ambos os níveis: combater o terrorismo e ter um equilíbrio global.

Eu fui ao leste de Ghouta e vi o quanto foi destruído, a magnitude (colossal) da destruição e, pelo que sei, você precisa de US\$ 400 bilhões para reconstruir o país. Mas o Ocidente afirma que não dará um centavo enquanto vocês estiverem no poder. O que podem fazer nesta situação? Pois têm que reconstruir todo o país.

Presidente Assad - Francamente, esta é a melhor declaração do ocidente em toda esta guerra, o fato de que eles dizem que não farão parte da reconstrução na Síria, porque muito simplesmente, nós não permitiremos que eles participem, seja trazendo dinheiro ou não, que eles ofereçam um empréstimo, uma doação ou uma subvenção, não importa. Nós não precisamos do Ocidente. O Ocidente não é nada honesto: ele não dá, ele só leva. Primeiramente, nós não construímos a Síria através da história com dinheiro estrangeiro; nós construímos com o nosso dinheiro, com os nossos recursos humanos. Apesar da guerra, ainda temos recursos humanos para reconstruir todos os setores do nosso país. Nós não estamos preocupados com isso.

Quanto ao dinheiro, antes da guerra, nós não tínhamos nenhuma dívida, pois construímos nosso país com os empréstimos de nossos amigos. Portanto, nós não temos dinheiro (dívida). Pode-se ter empréstimos de amigos, pode-se ter dinheiro de sírios que vivem no exterior e dinheiro do governo. Portanto, não estamos preocupados com isso. Isso pode levar mais tempo, mas nós não estamos preocupados a respeito da reconstrução da Síria. Não esqueça que a reconstrução depois da guerra, quando se fala de US\$ 400 bilhões, mais ou menos – é uma aproximação – isso é toda uma economia, todo um mercado, todo um investimento. Então, quando os europeus falam em vir para a reconstrução, eles não vêm para ajudar a Síria; eles vêm para pegar dinheiro. E muitas empresas europeias estão entrando em contato conosco para lhes permitir vir investir na Síria.

Isso é feito em particular?

Presidente Assad - Claro, em particular, com o apoio de seus governos. Portanto, eles precisam desse mercado. Desde 2008 a maioria dos países europeus estão em uma situação economicamente desastrosa. Precisam de muitos mercados. A Síria é um deles e nós não permitiremos que venham a fazer parte desse mercado pura e simplesmente.

Quando falamos sobre a reconstrução de todo o país, isso significa o restabelecimento da confiança e da amizade entre os sírios, porque podemos ver a situação em parte como uma guerra civil, quando irmão atira no irmão, por causa de diferentes religiões



ou qualquer outra questão.

Neste caso, vocês começam a estruturar um comitê constitucional. O senhor vai se apresentar ao próximo mandato presidencial? Como restaurar essa estrutura política do seu país?

Presidente Assad - Primeiramente, não temos uma guerra civil, pois a guerra civil é baseada em linhas sectárias, linhas étnicas, linhas religiosas e assim por diante. Nós não temos isso na Síria. Você pode ir a qualquer lugar, especialmente em áreas sob controle do governo, e você pode ver aí todo o espectro existente da riqueza e diversidade da sociedade síria, das pessoas que convivem e coexistem.

Na verdade - e isso não é um exagero, é um fato -, a guerra foi uma lição muito importante. Assim, esta sociedade diversificada tornou-se muito mais unificada do que era antes da guerra, pois aprendemos uma lição. Enquanto que, se você vai nas áreas sob o controle de terroristas, eles não representam qualquer cor desta sociedade; na realidade, eles só refletem sua incubadora e pessoas que não têm outra escolha a não ser viver nessas áreas, que não têm outra escolha. Portanto, não precisamos nos preocupar com uma (pseudo) guerra civil. Não são pessoas que atiram umas nas outras; eles são mercenários, eles são terroristas. Você tem terroristas em seu país, na Rússia, e eles são russos, mas eles não representam uma parte da sociedade, eles representam sua própria ideologia. Nós temos a mesma situação na Síria. Então, no que diz respeito à unificação do povo, isso não é nenhum problema.

Quanto à presidência, há dois fatores: o primeiro é minha vontade e ela se baseará num segundo fator, que é a vontade do povo sírio. Ainda temos três anos. Nesse momento, em 2021, o povo sírio estará pronto para aceitar essa pessoa, esse presidente, sim ou não? Se não for o caso, o que posso fazer na Presidência? Eu não poderei fazer nada, não poderei conseguir, não poderei trazer nada ao meu país. Então, a resposta será não. Se o povo sírio quiser minha presença, eu vou pensar nisso, mas ainda é cedo, ainda temos três anos.

Mas, e todas essas reformas constitucionais que foram pedidas pelas Nações Unidas?

Presidente Assad - Nós fizemos reformas em 2012, e agora temos a conferência de Sochi, eles vão discutir isso. Qualquer reforma constitucional não está relacionada com o presidente, não está relacionada com o governo, está relacionada com o povo sírio. Então se tivermos de proceder qualquer alteração, algo será feito por referendo, um referendo nacional. Se houver um referendo nacional e o povo apoiar uma nova Constituição, é claro que vamos fazê-la, mas isso não está relacionado com a vontade das Nações Unidas ou de países estrangeiros, isso não é o caso. Este processo será completamente sírio. Se os sírios não quiserem mudanças, não haverá absolutamente nenhuma mudança.

Continua na página 6